



2019

RELATÓRIO ANUAL
COMPLETO



MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2019 se iniciou com otimismo no que tange à aceleração do ritmo de crescimento. Tal otimismo se baseou na taxa básica de juros em patamar expansionista, sinalização de melhora do canal de crédito, índices de confiança melhores na margem e governo eleito que se mostrou comprometido com uma agenda de reformas, inclusive microeconômicas.

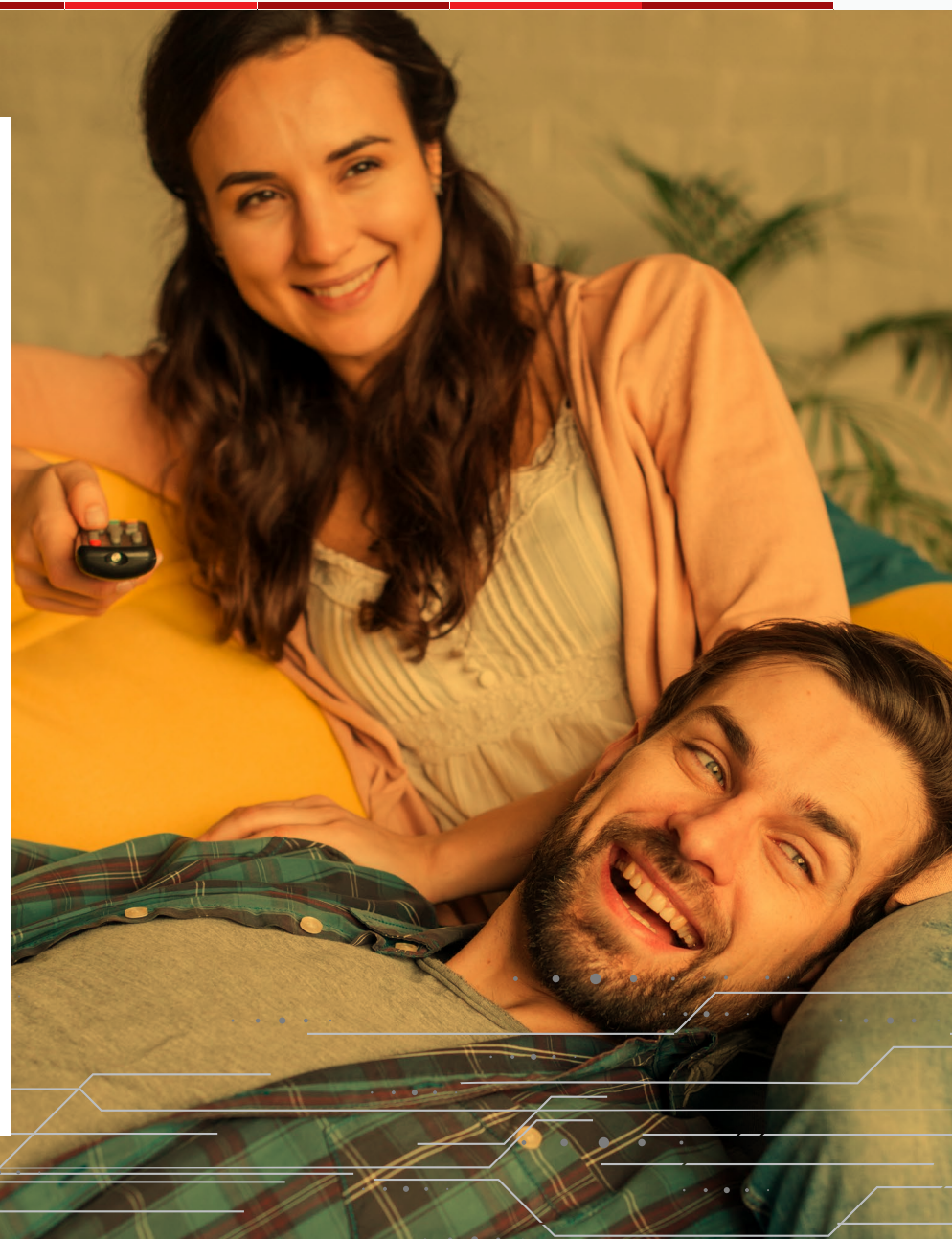
Aproveitando esse otimismo do mercado ao longo de 2019, os Gestores Terceirizados conseguiram se posicionar para gerar boa rentabilidade para os fundos de renda fixa e renda variável da Enerprev.

Com a intenção de aprimorar nossa comunicação e estreitar relações, disponibilizamos um novo site. Buscamos fornecer conteúdo cada vez mais relevante para suas decisões financeiras e alcançar nosso público em seus diferentes perfis.

Também implementemos a nossa Central de Atendimento Telefônico, com o uso de recursos que reduziram o custo das ligações e trouxeram maior facilidade de acesso e melhoria na gestão de um canal que tanto nos aproxima dos participantes.

Em 2019 os nossos processos operacionais, controles e a nossa comunicação com os participantes se fortaleceu ainda mais, porque sempre acreditamos na solidez de nossa estrutura, na reputação de nossa Entidade, na confiança transmitida, na transparência e seriedade de nossos propósitos.

Seguimos cada vez mais dispostos e motivados, acreditando em nosso maior objetivo, que é apoiar cada Participante no planejamento da sua aposentadoria. Por meio da gestão séria e capacitada de recursos, bem como do fortalecimento e propagação da Educação Financeira e Previdenciária, buscamos nos aprimorar a cada dia.



Financeiro

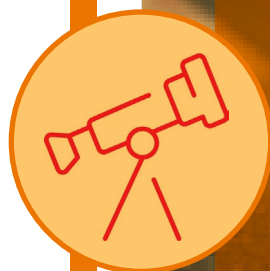
É, naturalmente, na área financeira – onde se tem notícia do **retorno dos investimentos** e se obtêm os **empréstimos mais em conta** no mercado – que se concentram boa parte das atenções dos participantes, a todo o momento interessados em saber mais sobre as reservas que estão acumulando para a aposentadoria, ou em que condições conseguirão emprestar o dinheiro de que podem precisar numa emergência.

Em qualquer caso, 2019 trouxe, de forma geral, boas notícias, frutos da conjuntura e de um processo de investimento organizado, com foco em alocação estratégica e uma seleção rigorosa de ativos e gestores. Em um ano de corte na taxa básica de juros – a Selic encerrou o ano em 4,50%, o seu menor patamar conhecido – e elevação dos índices da Bolsa ao maior número de pontos na história, os planos administrados obtiveram excelentes resultados, quase sempre superando suas metas atuariais ou de rentabilidade.

Claramente os resultados não foram iguais para todos os planos, uma vez que diferentes estratégias foram seguidas e os recursos alocados conforme os perfis de investimentos escolhidos pelos participantes, mas as diferenças resultaram pequenas e pode-se dizer que todos tiveram êxito nos retornos conseguidos. A exceção, ainda assim, em termos, foi dada pelas submassas do Plano PSAP – por terem suas metas atuariais atreladas ao IGP-DI.

Nos empréstimos, mais boas notícias: as taxas cobradas não apenas ficaram ainda menores, como mais claras de entender. Como se não bastasse, em dezembro, por exemplo, o custo ficou abaixo de 1%. Difícil encontrar no mercado algo que sequer se compare. E, para melhorar ainda mais, todo o processo de solicitação do empréstimo agora pode ser feito de forma digital. Em resumo, melhor impossível!





Seguridade

É amplamente reconhecido no ambiente corporativo que pessoas capacitadas e dedicadas ao que fazem tendem a produzir resultados cada vez melhores, mas essa performance com certeza ficará ainda mais acima da média se a sua organização adota processos de trabalho que favorecem o rendimento, a agilidade e a segurança, enfim, a qualidade, qualquer que seja a medida para avaliá-la.

Para avaliar se os seus processos estão nesse caminho e fazer as mudanças necessárias, organizações voltadas ao aperfeiçoamento de suas práticas, como a Enerprev, se submetem à certificação por instituições certificadoras de alto nível.



A conquista da **Certificação ISO 9001 nos processos de Seguridade, Governança e Relacionamento com o Cliente** – a ser estendida à área Financeira em 2020 – trouxe inegavelmente maior segurança e consistência ao trabalho realizado em todas as suas diferentes fases. Foi um amplo esforço, com a revisão dos manuais e procedimentos operacionais, disso resultando maior eficiência e confiabilidade. E o principal objetivo foi alcançado, o aumento da satisfação do participante, mesmo porque verificou-se uma expressiva redução dos prazos previstos em cronograma operacional para atendimento às demandas que recebemos.

A maior rapidez na divulgação das cotas, cujos valores passaram a ser conhecidos pelos participantes a intervalos de tempo mais curtos, foi outra consequência da implementação da ISO 9001, em setembro do ano passado. E o melhor de tudo é que em 2020 vamos acelerar, com os prazos sendo reduzidos ainda mais.

Os **processos foram fortalecidos**, uma vez que, com o mapeamento dos procedimentos seguidos antes da certificação, conseguimos ter o registro do fluxo operacional. Isso, é claro, trouxe ainda maior segurança às ações realizadas nas diferentes etapas do trabalho.

As campanhas de migração entre os vários perfis de investimento, com o emprego dos mais diferentes canais e a ampliação na comunicação, trouxeram como resultado um aumento no número daqueles que solicitaram migração para um novo perfil de investimentos, em comparação com a primeira metade do ano. Isso demonstra uma maior atenção e monitoramento por parte dos participantes com relação a sua reserva de poupança.



Atendimento e Governança

Trazendo muitos avanços, em março de 2019, foi implantado **um novo site institucional**, com navegação mais intuitiva e solução responsiva, algo sob medida para uma época em que as pessoas se informam o tempo todo usando os seus celulares.

Já no mês seguinte, em abril de 2019, foi implantada a **Solução de Gestão Informatizada de Registros dos Atendimentos**, o chamado "**Módulo CRM**". A partir dessa implantação, as informações passaram a ser armazenadas, rastreadas e acessáveis a qualquer momento, de forma automatizada, o que traz maior agilidade e segurança para o processo de atendimento aos participantes, além da possibilidade da geração e o envio automatizado dos protocolos dos atendimentos prestados, o que facilita tudo ainda mais.

O fato é que as inovações, de modo geral, contribuíram para o aumento significativo da capacidade de atendimento da Enerprev, devido à maior acessibilidade e disponibilidade de dados, possível por diferentes canais eletrônicos.

Quase que simultaneamente a tudo isso, no contexto de uma clara política de valorização dos meios digitais na comunicação e relacionamento com o participante, a Entidade viabilizou o **disparo automático de e-mails**. Nascia, assim, uma poderosa solução extremamente facilitadora do envio dos mais diferentes documentos para ativos e assistidos.

Na linha de atender sempre melhor, em outubro de 2019, chegou a nova **Central de Atendimento Telefônico**, com o uso de recursos que reduziram o custo das ligações e trouxeram maior facilidade de acesso e melhoria na gestão de um canal que tanto nos aproxima dos participantes.

As **eleições para a escolha dos representantes** dos participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que também ocorreram em outubro, também ficaram por dentro desse esforço geral para melhorar tudo o que fosse possível. O processo eleitoral se utilizou de soluções informatizadas para o disparo das senhas, além de alternativas que permitiram a participação de todos, possibilitando a votação tanto pelo computador quanto pelo celular ou tablet.

São muitos os planos para 2020 e todos convergem, de um modo ou de outro, para o estreitamento do relacionamento com os participantes, algo a ser alcançado com uma ênfase cada vez maior nas soluções digitais, mas, principalmente, por meio de atitudes que garantam a **transparência, semente da confiança**. ■



enerprev.com.br



INSTITUCIONAL

A Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocinada e que administra planos de benefícios de natureza previdenciária em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor.

História

A Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, foi instituída em 2006, passando a oferecer aos colaboradores do Grupo Energias do Brasil, um plano na modalidade de Contribuição Definida, denominado como Plano Energias do Brasil.

Em 2008, em função da incorporação da Fundação Escelsos, ocorreu a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Escelsos I e do Plano de Benefícios Escelsos II, nas modalidades de Benefício Definido e Contribuição Variável, respectivamente, e, em 2011, passou a administrar o Plano PSAP/Bandeirante, oriundo da Fundação Cesp.

Com exceção do Plano Energias do Brasil, todos os demais planos estão fechados a novas adesões.

Missão, Visão e Objetivos



Missão: Administrar planos de benefícios previdenciários com alto padrão de qualidade, adequados às expectativas dos participantes e patrocinadoras, de forma eficiente, flexível e transparente, num ambiente organizacional dinâmico e com respeito a legislação que rege a atividade.



Visão: Ser reconhecida como uma Entidade de Previdência Complementar altamente comprometida com a satisfação de seus participantes, através de uma gestão idônea e competente dos planos de benefícios, tendo por meta alcançar rentabilidade que venha a propiciar, aos beneficiários, melhores condições de aposentadoria.



Objetivos: Estabelecer relacionamento sólido, transparente, respeitoso e pró ativo com os participantes, beneficiários, patrocinadoras, órgãos reguladores e fiscalizadores e instituições financeiras.

- Garantir sigilo e a integridade das informações dos participantes;
- Manter a qualidade dos serviços prestados, a serem desenvolvidos com comprometimento, transparência e competência;
- Garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de aposentadoria administrados, através de uma estrutura ágil, eficiente e enxuta, com baixos custos administrativos;
- Estabelecer canais de comunicação adequados e de fácil acesso aos participantes e beneficiários.

GOVERNANÇA DA ENERPREV

Os órgãos estatutários da Entidade são responsáveis pela administração e fiscalização da Enerprev, sendo compostos pelos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da Entidade.

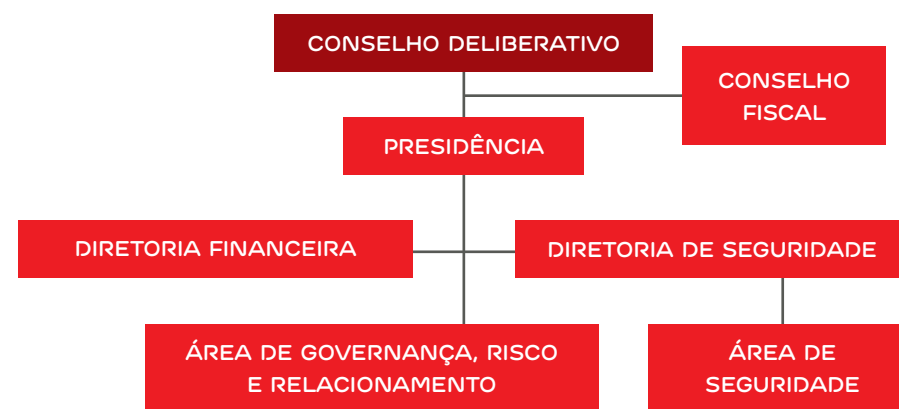
Entre as responsabilidades dos conselheiros e dirigentes, destacam-se a de estabelecer normas e práticas que promovam o desenvolvimento institucional, a excelência no cumprimento das obrigações legais e administrativas e o atendimento dos interesses das patrocinadoras, participantes e assistidos.

Além dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, a Entidade pode constituir outras instâncias de decisão, como conselhos consultivos e/ou comitês (de investimento, de risco, entre outros), observado seu porte e o número de planos e de patrocinadores.

É importante destacar que a Enerprev é uma das poucas Entidades Fechadas de Previdência Complementar brasileiras cujos Conselhos, além dos membros eleitos pelos participantes e assistidos (que correspondem a 1/3 das vagas), possuem entre os membros que representam os patrocinadores (2/3 das vagas), conselheiros independentes, todos eles atendendo a rigorosos critérios e requisitos de qualificação que constam da legislação vigente, no Estatuto Social e no Regimento Interno da Entidade.

Os conselheiros independentes, embora escolhidos pelos patrocinadores, não têm vínculo com estes, nem com os planos de benefícios, por isso estão integralmente comprometidos com o propósito específico da Entidade. A sua escolha é baseada na seleção de profissionais qualificados que atuam há muito tempo no segmento de previdência complementar, ocupando cargos de governança nos maiores fundos de pensão nacionais patrocinados por empresas privadas.

Organograma



Processo Eleitoral de 2019

Chegou ao fim, em 23 de outubro, mais um processo eleitoral na Enerprev. Nada menos de 1899 participantes votaram para eleger os seus novos representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade. Esse número de eleitores representa um aumento de 31% de votantes em comparação com o conseguido há dois anos, o que comprova um avanço na organização, comunicação e utilização dos recursos disponíveis em geral para melhor conduzir a eleição.



CANDIDATOS ELEITOS PARA MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO:

1º Colocado

Edson Wilson Bernardes França
(Titular)

2º Colocado

Júlio Galvão de Araújo Júnior (Titular)

3º Colocado

Paulo Roberto Zibetti Jorge
(Suplente)

4º Colocado

Luciana Martins de Assunção
(Suplente)

CANDIDATOS ELEITOS PARA MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

1º Colocado

Israel de Moraes (Titular)

2º Colocado

José Geraldo Nunes (Suplente)

Processo eleitoral – O participante votou em apenas um candidato para cada Conselho. Assim, foram eleitos aqueles mais votados de forma independente, elegendo aos Conselhos, como titulares e suplentes, os que tiveram maior representatividade entre os participantes, independentemente da patrocinadora ou plano de aposentadoria a que estão vinculados.

Posse – Na 135ª Reunião do Conselho Deliberativo da Enerprev, ocorrida em 28 de novembro de 2019, membros desse Conselho homologaram a composição dos órgãos de administração e fiscalização da Enerprev para um novo mandato de 2 (dois) anos (28 de novembro de 2019 a 28 de novembro de 2021), incluindo o mandato da Diretoria Executiva, que foi reconduzida, por esse período, em função do fim do mandato anterior, ocorrido em 27 de novembro de 2019.

Composição Estatutária (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marise Theodoro da Silva Gasparini	Diretora Presidente ⁽¹⁾	Habilitação pelo órgão regulador
Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade ⁽²⁾	(1) Dirigente Máximo (2) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

CONSELHO DELIBERATIVO

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs	
Carlos Emanuel Baptista Andrade (Presidente do Conselho) ⁽¹⁾	Daniel Shem Cheng Chen ⁽¹⁾	(1) Membros indicados pela Patrocinadora
Vago ⁽²⁾	Fernando Peixoto Saliba ⁽¹⁾	
Sérgio Tadeu Nabas ⁽³⁾	José Roberto Pascon ⁽¹⁾	(2) O membro renunciou ao mandato em 10/12/2019. Em 18/2/2020, a vaga foi preenchida com a posse da Sra. Fernanda Nascimento Pires Carsughi, que foi indicada pela patrocinadora
Nélia Maria de Campos Pozzi ⁽³⁾	Luis Carlos Gouveia Pereira ⁽¹⁾	
Julio Galvão de Araújo Junior ⁽⁴⁾	Paulo Roberto Zibetti Jorge ⁽⁴⁾	(3) Membros independentes indicados pela Patrocinadora (4) Membros eleitos no Processo Eleitoral
Edson Wilson Bernardes França ⁽⁴⁾	Luciana Martins de Assunção ⁽⁴⁾	

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs	
André Luis Nunes de Mello Almeida (Presidente do Conselho) ⁽¹⁾	Renan Silva Sobral ⁽¹⁾	(1) Membros indicados pela Patrocinadora
Geraldo de Assis Souza Junior ⁽²⁾	Laércio Gomes Proença Junior ⁽¹⁾	
Israel de Moraes ⁽²⁾	José Geraldo Nunes ⁽²⁾	(2) Membro independente indicado pela Patrocinadora (3) Membros eleitos no Processo Eleitoral ■

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Obtenção da certificação ISO 9001

Como já informado, em 2019, a Enerprev obteve a **Certificação dos seus processos de Seguridade, Relacionamento, Suporte aos Órgãos de Governança, Contratos e Gestão de Riscos Operacionais**.

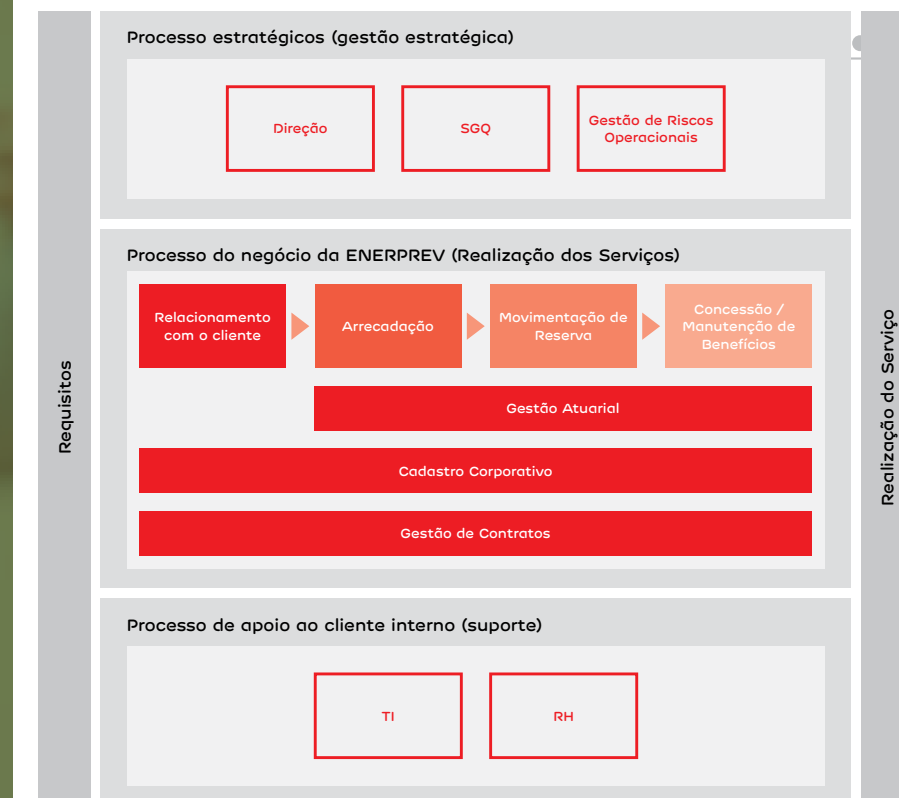
Uma conquista e tanto, uma vez que o auditor externo recomendou que a Enerprev seja certificada nos termos da ISO 9001:2015. Trata-se de um normativo internacional que serve de referência para a elaboração de Sistemas de Gestão da Qualidade, como ponto de partida para que empresas e organizações em geral disponham de estratégias e procedimentos estruturados capazes de conduzi-las a resultados regularmente satisfatórios. Assim, conseguirão prestar serviços de qualidade, comunicar-se de maneira clara e eficaz, satisfazerem verdadeiramente os seus clientes e em constante melhoria.

Essa conquista mostrou que a Entidade possui uma equipe capaz de trabalhar de forma eficiente, compromissada com os objetivos e valores da organização e altamente motivada. Virtudes que puderam ser apreciadas nos dois momentos dessa caminhada, começando pelo mapeamento e remodelagem dos processos de negócios e continuando, depois, na etapa de adequação e implantação do Sistema de Gestão.

Em sua **Política da Qualidade**, a Enerprev expressa o principal objetivo do seu Sistema de Gestão da Qualidade:

"Adotar como compromisso a busca da satisfação dos participantes e assistidos da ENERPREV com os serviços previdenciais, tendo como base o planejamento, a melhoria contínua dos processos e o cumprimento dos requisitos legais e das obrigações estatutárias, regulamentares e do Sistema de Gestão da Qualidade."

A ilustração ao lado demonstra como é a interrelação dos processos certificados.



E ainda tem mais! O propósito, agora, será certificar todos os processos da Enerprev, incluindo, já em 2020, os de contabilidade, financeiro e de investimentos. ■

NÚMEROS DA ENTIDADE

Patrocinadoras

Patrocinadora é a empresa ou grupo de empresas de direito privado ou entes de direito público, que oferecem aos seus empregados ou servidores, planos de benefícios de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar.

A Enerprev, que administra os planos de previdência que são oferecidos aos colaboradores do Grupo Energias do Brasil, possui as seguintes patrocinadoras.

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	RAZÃO SOCIAL
Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Bandeirante ⁽²⁾	1982.0020-18	BD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.
Plano de Benefícios Escelsos I	1988.0009-47	BD	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Energest S.A.
Plano de Benefícios Escelsos II	1998.0022-92	CV	Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Energest S.A.
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2006.0071-65	CD	Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. EDP – Energias do Brasil S.A. Instituto EDP Energias do Brasil Lajeado Energia S/A. ECE Participações S.A. EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. Energest S.A. EDP – Comercialização e Serviços de Energia Ltda. EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil Enerpeixe S.A. EDP Renováveis Brasil S.A. Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. Investco S.A. Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. EDP – Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. EDP – Comercialização Varejista Ltda ⁽²⁾ EDP – Soluções em Energias S.A. ⁽³⁾ Empresa de Energia São Manoel S/A. ⁽⁴⁾ EDP Transmissão S/A. ⁽⁵⁾

Notas:

(1) Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

(2) Gerencialmente o Plano PSAP/Bandeirante é composto pelas submassas: BD (Benefício Definido), CV (Contribuição Variável), BSPPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) e Pecúlio.

(3) Processo de retirada de patrocínio em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

(4) No dia 23 de abril de 2019, foi aprovada pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa de Energia São Manoel S/A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota Nº 419/2019/PREVIC e do Processo Nº 44011.001893/2019-75.

(5) No dia 25 de junho de 2019 foi aprovada pela PREVIC o Convênio de adesão da empresa EDP Transmissão S/A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota Nº 433/2019/PREVIC e do Processo Nº 44011.001739/2019-01. ■

NÚMEROS DA ENTIDADE

Participantes e Assistidos

Por Plano e Vínculo
(EM 31/12/2019)

PARTICIPANTE

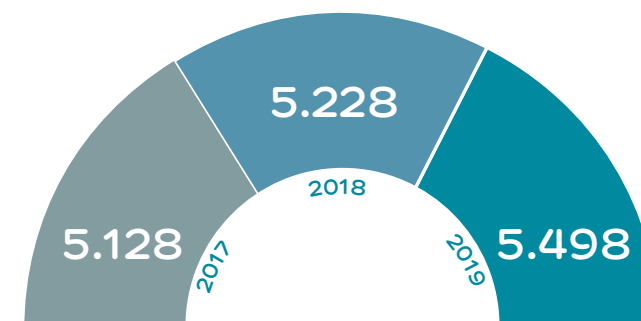
Participante é a pessoa física que, vinculada a um patrocinador ou instituidor, adere a plano de benefício de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, com o objetivo de formar uma poupança previdenciária para a garantia de renda futura para si ou para os seus beneficiários. Aqui estão enquadrados aqueles participantes que estão vinculados aos Planos como Ativos, autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido – BPD.

ASSISTIDO

Pode ser o participante ou o seu beneficiário que esteja recebendo complementação de aposentadoria ou de pensão, ou seja, as pessoas que estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

PLANO	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSÕES	AUTOPATROCINADO	BPD	TOTAL GERAL
Energias do Brasil	2.118	12	1	73	73	2.277
Escelsos I	-	419	235	-	-	654
Escelsos II	301	818	47	22	14	1.202
PSAP/Bandeirante BD	349	844	55	25	92	1.365
TOTAL	2.768	2.093	338	120	179	5.498

A cada ano, cresce o número de pessoas que buscam uma aposentadoria segura. Veja a evolução do número total de participantes da Enerprev nos últimos 3 anos.



NÚMEROS DA ENTIDADE

Patrimônio (EM R\$ MIL)

A Enerprev encerrou o ano de 2019, administrando um patrimônio de aproximadamente **R\$ 1,9 bilhão**.

Este valor representa o somatório das reservas previdenciárias, que servem de base para o cálculo e pagamento dos benefícios aos participantes e assistidos dos **4 Planos** de Benefícios administrados pela Entidade, sendo eles: **Planos Escelsos I, Plano Escelsos II, Plano, PSAP Bandeirante e Plano Energias do Brasil**.

O resultado alcançado nos traz uma prova de que a Entidade está seguindo a direção certa para fornecer mais tranquilidade para os quase 5.500 participantes e assistidos dos planos que administra.

Um detalhe interessante, por sinal, é que este 1 bilhão e novecentos milhões de reais deixam a Enerprev entre os fundos de pensão de perfil médio do País, em um ranking definido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

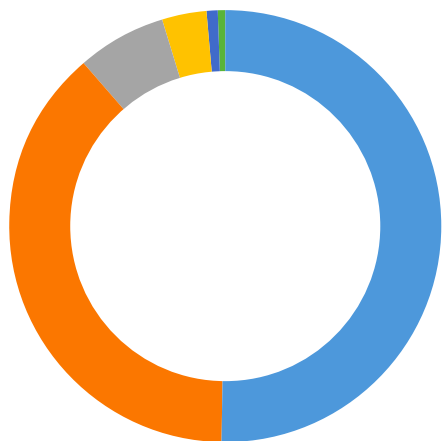
Conheça a evolução do nosso patrimônio nos últimos 3 anos:



Total da reserva acumulada pelos participantes e patrocinadoras para pagar os benefícios futuros de cada um. ■

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

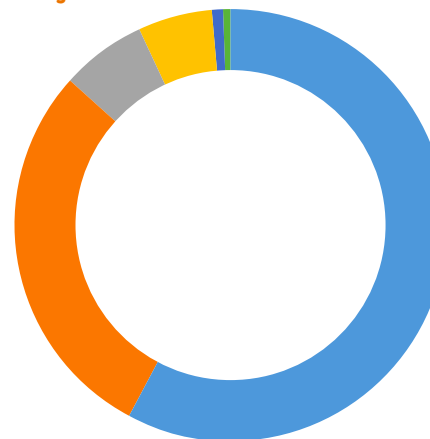
Administração Previdencial



em milhares de reais

Administração Previdencial		
	R\$ 7.953	100,00%
Pessoal e encargos	R\$ 4.007	50,38%
Serviços de terceiros	R\$ 3.054	38,40%
Tributos	R\$ 525	6,60%
Despesas gerais	R\$ 276	3,47%
Treinamentos/congressos e seminários	R\$ 60	0,75%
Viagens e estadias	R\$ 31	0,39%

Administração dos Investimentos



em milhares de reais

Administração dos Investimentos		
	R\$ 3.721	100,00%
Pessoal e encargos	R\$ 2.157	57,97%
Serviços de terceiros	R\$ 1.075	28,89%
Despesas gerais	R\$ 240	6,45%
Tributos	R\$ 199	5,35%
Treinamentos/congressos e seminários	R\$ 33	0,89%
Viagens e estadias	R\$ 17	0,46%

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

As pesquisas não deixam margem a dúvidas: o brasileiro carece de educação financeira e previdenciária e, provavelmente, como consequência disso, poucos poupam para a aposentadoria. Mesmo porque ainda não é grande o número de empresas que patrocinam Entidades Fechadas de Previdência Complementar, como a Enerprev, que tanto cuidam de construir a futura renda na aposentadoria quanto se dispõem a oferecer no presente esse tipo de educação aos participantes de seus planos.

Esse é um desafio nada fácil, considerando que, entender os limites dos gastos em um orçamento familiar mensal já é algo difícil para a maioria no presente, compreender o ato de poupar no longo prazo, ao longo de muitas décadas, parece, então, um obstáculo ainda maior.

Por esse motivo, os especialistas em previdência complementar recomendam que as Entidades levem educação previdenciária e financeira de qualidade ao seu público. Por compreender bem isso, a Enerprev, em 2019, promoveu uma série de ações para informar e atender cada vez mais a esse tipo de demanda de seus participantes e assistidos.

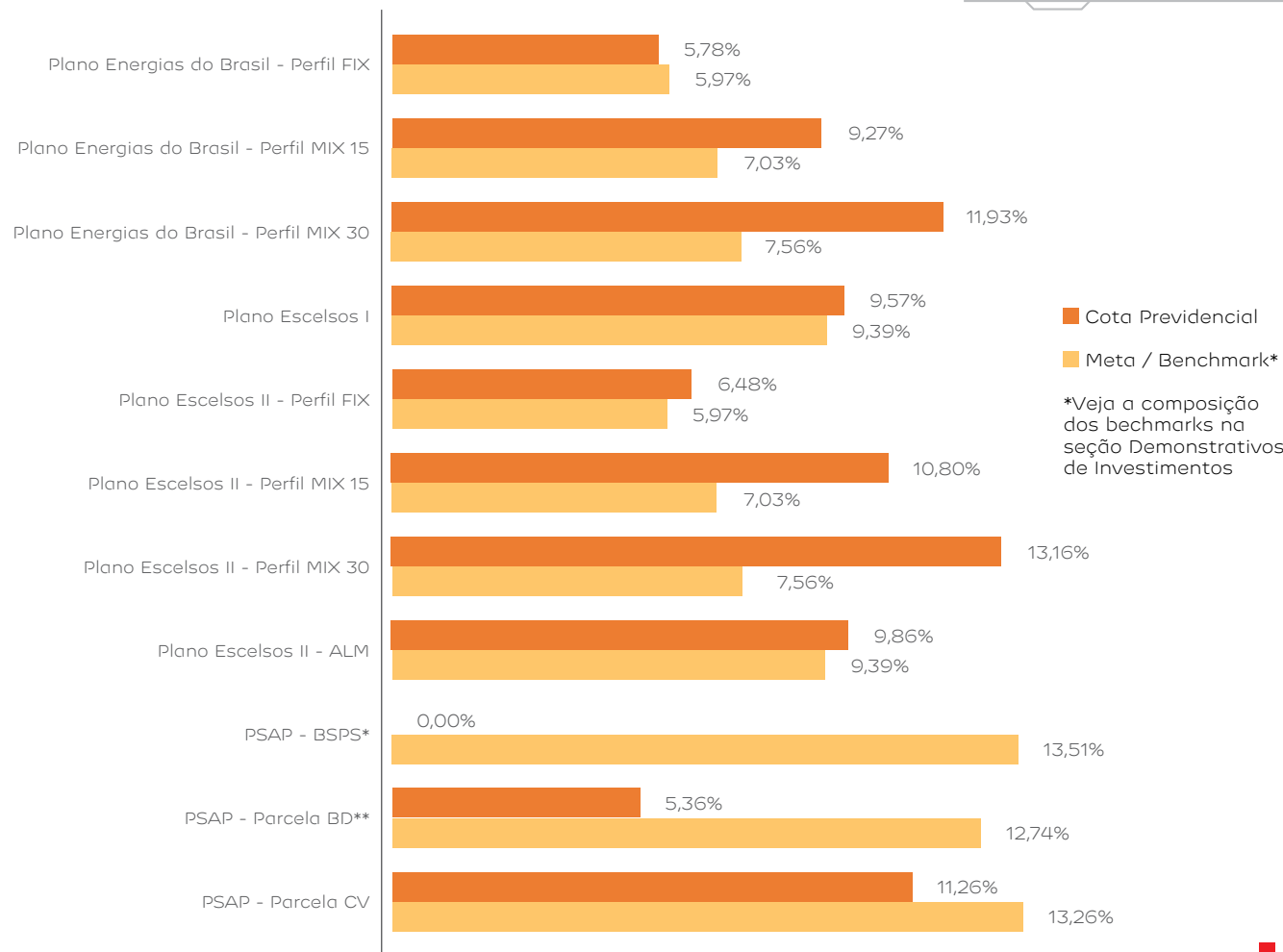
Além do desenvolvimento de novos materiais para as diversas campanhas, como as que possibilitam alterações de perfil de investimentos, percentuais de contribuições e de recebimento, também foram oferecidas diversas palestras, nas diferentes localidades em que se situam as patrocinadoras e as associações dos aposentados, com as quais se mantém estreito contato.

Ainda nesse contexto, a Enerprev disponibiliza em seu site www.enerprev.com.br, espaço dedicado a Educação Financeira, em que os participantes e assistidos podem realizar um curso online organizado pela Bolsa de Valores de São Paulo, consultar livros e planilhas, também disponibilizadas de forma on-line.

E, é importante lembrar que mensalmente a Enerprev divulga a sua Newsletter, "Enerprev Hoje", com assuntos relacionados ao tema e ainda fazendo um resumo do cenário econômico e como isso impactou nas cotas mensais dos planos de previdência. Tudo isso para que os participantes e assistidos tenham sempre em mãos as informações suficientes para tomarem as melhores decisões relacionadas ao seu plano de previdência complementar. ■

RENTABILIDADES

Cota Previdencial vs. Meta/Benchmarks



CENÁRIO ECONÔMICO E COMENTÁRIOS DO GESTOR



Cenário Macroeconômico

O ano de 2019 se iniciou com otimismo no que tange à aceleração do ritmo de crescimento. Tal otimismo se baseou na taxa básica de juros em patamar expansionista, sinalização de melhora do canal de crédito, índices de confiança melhores na margem e governo eleito que se mostra comprometido com uma agenda de reformas, inclusive microeconômicas.

Entretanto, os dados de atividade econômica do início do ano apresentaram fraqueza no ritmo de recuperação econômica. No curto prazo, a recuperação da atividade não se mostrou vigorosa o suficiente para fazer o desemprego se reduzir consistentemente.

Em outubro as agendas fiscal e microeconômica tiveram uma evolução importante no Congresso. O processo de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência finalmente foi concluído, com a poupança nos próximos 10 anos, estimada pelo Governo, de R\$800 bilhões.

A Selic se manteve estável, no patamar de 6,5% a maior parte do ano, sofrendo cortes ao longo do segundo semestre e chegando em dezembro de 2019 com a taxa de 4,5%, renovando enfim sua mínima histórica.



Renda Fixa

Com o otimismo do mercado ao longo de 2019 eram previstas quedas nas projeções da curva pré, ao longo do ano. Os gestores se posicionaram para a queda e com isso conseguiram gerar rentabilidade para os fundos de renda fixa.

Os fundos de investimento exclusivos da Enerprev, com gestão do Bradesco e da SulAmérica, que possuem como meta o CDI, apresentaram rentabilidades acumuladas no ano de 6,13% e 6,23%, respectivamente, ambos resultados acima da meta definida para eles.

Neste contexto, os fundos ALM, todos sob a gestão do BNP Paribas, que possuem a maioria dos seus ativos marcados na curva e mantidos até o vencimento, tiveram a sua performance determinada pelos índices de inflação, especialmente IPCA e IGP-M e apresentaram as seguintes rentabilidades acumuladas no ano:

- PSAP BD: 11,22%;
- PSAP BSPS: 12,39%;
- PSAP CV: 11,80%;
- Plano I: 9,93%; e
- Plano II (Parcela ALM): 9,92%.



Renda Variável

Durante o início de 2019 a gestão dos fundos de investimento de renda variável foi alterada para gestão passiva, com o objetivo de replicar o resultado do Ibovespa. Tal mudança foi já estava em vigor, para o gestor SulAmérica, no início do ano, enquanto o gestor Bradesco se tornou passivo ao Ibovespa no fim de fevereiro. Dessa forma, os fundos passam a alocar seus recursos em ações na mesma proporção daquelas que compõem este índice, resultando em uma rentabilidade muito próxima do mesmo.

Os fundos rentabilizaram 31,52% e 26,12%, para os gestores SulAmérica e Bradesco, respectivamente. Enquanto o Ibovespa rentabilizou 31,58% ao longo de 2019.

Destacamos que o primeiro semestre de 2019 foi marcado por uma discussão de guerra comercial entre Estados Unidos e China, em que foi discutido o aumento de tarifas aos produtos chineses pelo presidente americano, enquanto o governo Chinês cogitava restringir as exportações de produtos para empresas americanas. No Brasil, o Ibovespa teve um ano positivo, por conta do otimismo do mercado, tal como pela aprovação da reforma e baixa na taxa Selic.



Investimentos Estruturados

Na Enerprev, este segmento é composto por um fundo de investimento em participações (gestor Pátria) e um fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações (gestor Hamilton Lane), ambos condominiais.

O fundo Pátria investe em compra total ou parcial de empresas nas quais o gestor acredita na valorização e passa a atuar diretamente nas decisões internas da mesma, em dezembro de 2019 o fundo possuía sete investimentos, sendo eles Argo, Entrevias, Pare Bem, Odata, Vogel, Tecnogera e Arke Energia. O fundo do Hamilton Lane compra cotas de fundos que atuam como o Pátria, assim ele não tem decisões diretas sobre estas empresas, focando no acompanhamento das decisões dos fundos que possuem tais participações. A rentabilidade acumulada no ano dos gestores foi de, respectivamente, 21,34% e 28,89%.



Perfis de Investimentos Plano Escelsos II

Perfil FIX

O perfil FIX, tem como objetivo ser o perfil mais conservador do Plano II, portanto, esse perfil permite apenas a alocação de ativos do segmento de Renda Fixa, os quais correm menor risco quando comparados com os demais segmentos do mercado. Este perfil contou, em 2019, com o retorno gerado pelos Empréstimos, definidos como Operações com Participantes e pelo retorno dos fundos de investimento exclusivos de renda fixa, com gestão do Bradesco e da SulAmérica. O perfil buscou atingir como meta o CDI, e gerou a rentabilidade 5,99%; 100,41% da meta definida.

Perfil MIX 15

O perfil MIX 15, tem como objetivo ser o perfil moderado do Plano II, este perfil tem como alvo 85% de seu patrimônio alocado em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos), 15% nos demais segmentos, sendo sua maior parte o segmento de Renda Variável. Este perfil, tem em sua carteira alocação nos fundos dos gestores Novero e Capitânia, que estão saindo gradualmente da carteira e, assim como o perfil FIX, aloca em nos fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa, com gestão do Bradesco e da SulAmérica. Além disso, o perfil aloca também nos fundos de investimentos passivos em bolsa. Por ter segmentos com alta volatilidade, como o de Renda Variável, o perfil tem maior limite de risco do que se comparado com o perfil FIX. Durante 2019 o perfil apresentou a rentabilidade acumulada de 10,23%, enquanto sua meta era de 7,03% (CDI+1%).

Perfil MIX 30

O perfil MIX 30, tem como objetivo ser o perfil mais agressivo do Plano II, este perfil tem como alvo 70% de seu patrimônio alocado em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos), e 30% nos demais segmentos, sendo sua maior parte, Renda Variável. Este perfil tem em sua carteira alocação nos fundos dos gestores Novero e Capitânia, que estão saindo gradualmente da carteira e, assim como os demais perfis, aloca em fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa, com gestão do Bradesco e da SulAmérica. Além disso, o perfil aloca também nos fundos de investimentos passivos em bolsa. Por ter maior alocação no segmento de renda variável, quando comparado com os demais perfis, o MIX 30 sofrerá maior volatilidade e, portanto, tem um limite de risco superior dos demais perfis. Durante 2019, o perfil apresentou a rentabilidade acumulada de 13,68%, 175,93% de sua meta (CDI+1,5%).

Planos Energias do Brasil

Perfil FIX

O perfil FIX, tem como objetivo ser o perfil mais conservador do Plano Energias, portanto, esse perfil permite apenas a alocação de ativos do segmento de Renda Fixa, os quais correm menor risco, quando comparados com os demais segmentos do mercado.

Este perfil conta com o retorno gerado pelos Empréstimos, definidos como Operações com Participantes e pelo retorno dos fundos de investimento exclusivos de renda fixa, com gestão do Bradesco e da SulAmérica.

Durante 2019 o perfil buscou atingir como meta o CDI, e gerou a rentabilidade de 6,13%; 102,69% da meta definida.

Perfil MIX 15

O perfil MIX 15, tem como objetivo ser o perfil moderado dos Plano Energias, este perfil tem como alvo 85% de seu patrimônio alocado em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos) e 15% nos demais segmentos, sendo sua maior parte, Renda Variável.

Este perfil, assim como o perfil FIX aloca em fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa, com gestão do Bradesco e da SulAmérica; e aloca também nos fundos de investimentos passivos em bolsa. Portanto, este perfil sofrerá maior volatilidade do que o perfil FIX, uma vez que será impactado pelo risco gerado no segmento de Renda Variável.

O perfil teve como meta CDI+1% e, em 2019, apresentou rentabilidade acumulada 9,41%, um retorno de 132,37% em relação à sua meta.

Perfil MIX 30

O perfil MIX 30, tem como objetivo ser o perfil mais agressivo do Plano Energias, este perfil tem como alvo 70% de seu patrimônio alocado em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos) e 30% nos demais segmentos, sendo sua maior parte, Renda Variável.

Este perfil tem em sua carteira os fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa, com gestão do Bradesco e da SulAmérica e os fundos de investimentos passivos em bolsa.

Por ter maior alocação no segmento de renda variável, quando comparado com os demais perfis, o MIX 30 sofrerá maior volatilidade e, portanto, tem um limite de risco superior dos demais perfis.

O perfil teve como meta CDI+1,50% e, em 2019, apresentou rentabilidade acumulada 12,39%, um retorno equivalente a 160,27% de sua meta.

LIMITES DE ALOCAÇÃO

Política de Investimentos Vs. Legislação vigente Vs. Aplicado

SEGMENTO	ALOCAÇÃO 2019	LIMITES RESOLUÇÃO 4661	LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019		LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020	
			MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
PGA						
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Escelsos I						
Renda Fixa	99,34%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Imobiliário	0,44%	20,00%	0,00%	2,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,22%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
Escelsos II						
Renda Fixa	85,09%	100,00%	70,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	8,95%	70,00%	0,00%	30,00%	0,00%	35,00%
Estruturado	5,08%	20,00%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	0,39%	20,00%	0,00%	2,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,49%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
Energias do Brasil						
Renda Fixa	82,62%	100,00%	70,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	15,18%	70,00%	0,00%	30,00%	0,00%	35,00%
Estruturado	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	2,19%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
PSAP Bandeirante						
Renda Fixa	95,20%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,71%	70,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	3,30%	20,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,19%	20,00%	0,00%	7,00%	0,00%	7,00%
Operações com Participantes	0,60%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

1 Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	177.491.910	99,34%	174.774.282	99,13%
Imobiliário	789.859	0,44%	1.114.840	0,63%
Operações com Participantes	390.272	0,22%	427.243	0,24%
Total dos Recursos Garantidores	178.672.041	100,00%	176.316.365	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

2 Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação 2018	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	99,13%	100,00%	0,00%	100,00%
Imobiliário	0,63%	8,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,24%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	99,34%	100,00%	0,00%	100,00%
Imobiliário	0,44%	8,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,22%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

3 Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	177.490.583	99,34%
Enerprev ALM I	161.704.051	90,50%
Enerprev Cons FIC RF	15.786.532	8,84%
Caixa	1.327	0,00%
Total RF	177.491.910	99,34%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	390.272	0,22%
Total EM	390.272	0,22%
Imobiliário	R\$	%
Comercial	789.859	0,44%
Total IM	789.859	0,44%
Total dos Recursos Garantidores	178.672.041	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

4 Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BNP Paribas	161.704.051	91,11%	90,50%
SulAmérica	15.786.532	8,84%	8,84%
Total da Gestão Terceirizada	177.490.583		
Total dos Recursos Garantidores	178.672.041		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5 Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Imobiliário	789.859	66,93%	1.114.840	72,29%
Operações com Participantes	390.272	33,07%	427.243	27,71%
Total Gestão Enerprev	1.180.131	100,00%	1.542.082	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	178.672.041			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

6 Comparativo (Rentabilidades / Taxa Mínima Atuarial)

Plano	Rentabilidade	Meta Atuarial	Rentabilidade Meta Atuarial
Consolidado	9,32%	INPC+4,7% a.a.	9,39%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELTOS II (CNPB 1998002292)

1 Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	486.495.758	85,09%	477.760.007	87,31%
Renda Variável	51.163.867	8,95%	41.895.457	7,66%
Estruturado	29.041.980	5,08%	21.220.541	3,88%
Imobiliário	2.203.983	0,39%	3.129.935	0,57%
Operações com Participantes	2.816.434	0,49%	3.170.443	0,58%
Total dos Recursos Garantidores	571.722.021	100,00%	547.176.382	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS II (CNPB 1998002292)

2 Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmentos	Alocação 2018	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	87,31%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	7,66%	70,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	3,88%	20,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,57%	20,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,58%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmentos	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	85,09%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	8,95%	70,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	5,08%	20,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,39%	20,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,49%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS II (CNPB 1998002292)

3 Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Debêntures	87.992	0,02%
Fundos de Investimentos	486.320.010	85,06%
Capitânia Index CP	1.299.464	0,23%
Enerprev ALM II	97.357.174	17,03%
Enerprev Cons FIC RF	323.577.691	56,60%
Icatu Vanguada Enerprev FI RF	62.574.049	10,94%
Novero FI RF CP Imob	1.511.633	0,26%
Caixa	87.756	0,02%
Total RF	486.495.758	85,09%
Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos	51.163.866,89	2321,43%
Enerprev Cons FIC FIA	51.163.867	8,95%
Caixa	87.756	0,02%
Total RV	51.163.867	8,95%
Estruturado	R\$	%
Fundos de Investimentos	29.041.980	5,08%
Hamilton Lane FIC FIP	13.519.521	2,36%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	15.522.459	2,72%
Total IE	29.041.980	5,08%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	2.816.434	0,49%
Total EM	2.816.434	0,49%
Imobiliário	R\$	%
Comercial	2.203.983	0,39%
Total IM	2.203.983	0,39%
Total dos Recursos Garantidores	571.722.021	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS II (CNPB 1998002292)

4 Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	323.577.691	62,79%	56,60%
BNP Paribas	97.357.174	18,89%	17,03%
Capitânia	1.299.464	0,25%	0,23%
Novero	1.511.633	0,29%	0,26%
Icatu Vanguarda	62.574.049	12,14%	10,94%
Gestores de Recursos	Renda Variável		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	51.163.867	9,93%	9,93%
Gestores de Recursos	Estruturado		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Hamilton Lane	13.519.521	2,62%	2,36%
Pátria	15.522.459	3,01%	2,72%
Total da Gestão Terceirizada	515.361.990		
Total dos Recursos Garantidores	571.722.021		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS II (CNPB 1998002292)

5 Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa - Debêntures	87.992	1,72%	45.895	0,72%
Imobiliário	2.203.983	43,14%	3.129.935	49,32%
Operações com Participantes	2.816.434	55,13%	3.170.443	49,96%
Total Gestão Enerprev	5.108.408	100,0%	6.346.273	100,0%
Total dos Recursos Garantidores	571.722.021			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

6 Comparativo (Rentabilidades / Taxa Mínima Atuarial)

Perfil	Rentabilidade	Índice de Referência	Rentabilidade Índice de Referência
FIX	5,99%	CDI	5,97%
MIX15	10,23%	CDI+1% a.a.	7,03%
MIX30	13,68%	CDI+1,5% a.a.	7,56%
ALM	9,49%	INPC+4,7% a.a.	9,39%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

1 Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	100.661.137	82,62%	81.005.632	84,61%
Renda Variável	18.499.149	15,18%	13.213.945	13,80%
Operações com Participantes	2.673.724	2,19%	1.518.294	1,59%
Total dos Recursos Garantidores	121.834.010	100,00%	95.737.871	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

2 Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação 2018	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	84,61%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	13,80%	70,00%	0,00%	30,00%
Operações com Participantes	1,59%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	82,62%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	15,18%	70,00%	0,00%	30,00%
Operações com Participantes	2,19%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

3 Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	100.546.465	82,53%
Enerprev Cons FIC RF	100.546.465	82,53%
Caixa	114.672	0,09%
Total RF	100.661.137	82,62%
Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos	18.499.149,11	15,18%
Enerprev Cons FIC FIA	18.499.149	15,18%
Total RV	18.499.149	15,18%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	2.673.724	2,19%
Total EM	2.673.724	2,19%
Total dos Recursos Garantidores	121.834.010	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

4 Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	100.546.465	84,46%	82,53%
Gestores de Recursos	Renda Variável		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	18.499.149	15,54%	15,18%
Total da Gestão Terceirizada	119.045.614		
Total dos Recursos Garantidores	121.834.010		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

5 Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Operações com Participantes	2.673.724	100,00%	1.518.294	100,00%
Total Gestão Enerprev	2.673.724	100,00%	1.518.294	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	121.834.010			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

6 Comparativo (Rentabilidades / Taxa Mínima Atuarial)

Perfil	Rentabilidade	Índice de Referência	Rentabilidade Índice de Referência
FIX	6,13%	CDI	5,97%
MIX15	9,41%	CDI+1% a.a.	7,03%
MIX30	12,39%	CDI+1,5% a.a.	7,56%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

1 Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	965.328.380	95,20%	904.398.000	95,94%
Renda Variável	7.242.196	0,71%	5.546.050	0,59%
Estruturado	33.428.062	3,30%	24.411.687	2,59%
Imobiliário	1.910.000	0,19%	1.910.000	0,20%
Operações com Participantes	6.134.062	0,60%	6.431.359	0,68%
Total dos Recursos Garantidores	1.014.042.700	100,00%	942.697.096	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

2 Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação 2018	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	95,94%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,59%	70,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	2,59%	20,00%	0,00%	5,00%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	1,00%
Imobiliário	0,20%	20,00%	0,00%	7,00%
Operações com Participantes	0,68%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	95,20%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,71%	70,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	3,30%	20,00%	0,00%	5,00%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%
Imobiliário	0,19%	20,00%	0,00%	7,00%
Operações com Participantes	0,60%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

3 Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	965.313.825	95,19%
Capitânia Index CP	2.069.110	0,20%
Enerprev ALM PSAP BD RF	300.543.034	29,64%
Enerprev ALM PSAP BSPS RF	316.803.765	31,24%
Enerprev ALM PSAP CV RF	28.150.634	2,78%
Enerprev Cons FIC RF	203.397.138	20,06%
Icatu Vanguarda Enerprev FI RF	111.945.510	11,04%
Novero FI RF CP Imob	2.404.633	0,24%
Caixa	14.554	0,00%
Total RF	965.328.380	95,20%
Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos	7.242.195,78	0,71%
Enerprev Cons FIC FIA	7.242.196	0,71%
Total RV	7.242.196	0,71%

Continua na próxima página...

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

Modalidades de Aplicação

Estruturado	R\$	%
Fundos de Investimentos	33.428.062	3,30%
Hamilton Lane FIC FIP	15.489.187	1,53%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	17.938.876	1,77%
Total IE	33.428.062	3,30%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	6.134.062	0,60%
Valores a Pagar e Receber		0,00%
Total EM	6.134.062	0,60%
Imobiliário	R\$	%
Terreno	1.910.000	0,19%
Total IM	1.910.000	0,19%
Total dos Recursos Garantidores	1.014.042.700	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

4 Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BNP Paribas	645.497.434	66,37%	63,66%
Capitânia	2.069.110	0,21%	0,20%
Icatu Vanguarda	111.945.510	11,51%	11,04%
Novero	2.404.633	0,25%	0,24%
SulAmérica	203.397.138	20,91%	20,06%
Gestores de Recursos	Renda Variável		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	7.242.196	0,74%	0,71%
Gestores de Recursos	Estruturado		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Hamilton Lane	15.489.187	1,59%	1,53%
Pátria	17.938.876	1,77%	1,77%
Total da Gestão Terceirizada	972.556.021		
Total dos Recursos Garantidores	1.014.042.700		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

5 Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Imobiliário	1.910.000	23,74%	1.910.000	22,90%
Operações com Participantes	6.134.062	76,26%	6.431.359	77,10%
Total Gestão Enerprev	8.044.062	100,00%	8.341.359	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	1.014.042.700			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

6 Comparativo (Rentabilidades / Taxa Mínima Atuarial)

Submassa	Rentabilidade	Meta Atuarial	Rentabilidade Meta Atuarial
PSAP BSPS	11,18%	IGP-DI+5,4 % a.a.	13,51%
PSAP BD	10,53%	IGP-DI+4,68 % a.a.	12,74%
PSAP CV	11,06%	IGP-DI+5,5 % a.a.	13,62%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

1 Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2019		2018	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	6.389.084	100,00%	5.191.210	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	6.389.084	100,00%	5.191.210	100,00%

2 Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação 2018	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

3 Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	6.379.493	99,85%
Enerprev Cons FIC RF	6.379.493	99,85%
Caixa	9.592	0,15%
Total RF	6.389.084	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	6.389.084	

4 Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	6.379.493	100,00%	99,85%
Total da Gestão Terceirizada	6.379.493		
Total dos Recursos Garantidores	6.389.084		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

5 Comparativo (Rentabilidades / Índice de Referência)

Plano	Rentabilidade	Índice de Referência	Rentabilidade Índice de Referência
Consolidado	5,61%	CDI	5,97%



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1988000947 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Segmento	Indexador	Taxa de juros % aa
100,00	Plano	INPC	4,70

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Anderson Guimarães	156.948.158-07	Diretor Financeiro



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1988000947 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

CONTROLE DE RISCO



Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.



Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.



Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.



Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.



Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.



Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: Gestão, custódia e controles de risco terceirizados. Em especial, risco de mercado está utilizando a metodologia de VaR (*Value at Risk*). O apreçamento de ativos é realizado pelo administrador contratado.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1988000947 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	0,00	100,00	97,00
Imóveis	0,00	2,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00	3,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1998002292 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % aa
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	Empréstimos e Financiamentos	100,00	DI-CETIP	7,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	INPC	4,70
100,00	Imóveis	100,00	INPC	4,70

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Anderson Guimarães	156.948.158-07	Diretor Financeiro



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1998002292 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELDOS II

CONTROLE DE RISCO



Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.



Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.



Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.



Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.



Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.



Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: Gestão, custódia e controles de risco terceirizados. Em especial, risco de mercado está utilizando a metodologia de VaR (*Value at Risk*). O apreçamento de ativos é realizado pelo administrador contratado.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1998002292 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %	
Renda Fixa	7,00	100,00	85,00	<ul style="list-style-type: none"> • A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim • Utiliza derivativos? Sim • Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim • Existência de sistemas de controles internos? Sim
Renda Variável	0,00	30,00	15,00	
Imóveis	0,00	2,00	0,00	
Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00	0,00	
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	0,00	



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1998002292 – PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELTOS II

PERFIS DE INVESTIMENTO

Perfil	Segmento	Mínimo %	Máximo %
FIX (Conservador)	Renda Fixa	85,00	100,00
	Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00
Mix 15 (Moderado)	Renda Fixa	70,00	85,00
	Renda Variável	8,00	15,00
	Imóveis	0,00	2,00
	Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00
	Investimentos Estruturados	0,00	5,00
Mix 30 (Agressivo)	Renda Fixa	55,00	70,00
	Renda Variável	23,00	30,00
	Imóveis	0,00	2,00
	Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00
	Investimentos Estruturados	0,00	5,00

Observação: O perfil conservador trata-se do perfil FIX. O perfil moderado trata-se do MIX 15. O perfil agressivo trata-se do MIX 30.

Para os perfis moderado e agressivo (MIX 15 e MIX 30): o somatório da Renda Fixa e dos Empréstimos e Financiamentos deve ser 85% e 70% dos recursos do perfil, respectivamente. Para o segmento de Renda Variável, de Imóveis e Investimentos Estruturados, o somatório deve ser 15% e 30% dos recursos do perfil, respectivamente.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2006007165 – PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % aa
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	Empréstimos e Financiamentos	100,00	DI-CETIP	7,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Anderson Guimarães	156.948.158-07	Diretor Financeiro



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2006007165 – PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL

CONTROLE DE RISCO



Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.



Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.



Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.



Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.



Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.



Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação: Gestão, custódia e controles de risco terceirizados. Em especial, risco de mercado está utilizando a metodologia de VaR (*Value at Risk*). O apreçamento de ativos é realizado pelo administrador contratado.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2006007165 – PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL

ALOCÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	70,00	100,00	85,00
Renda Variável	0,00	30,00	15,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

PERFIS DE INVESTIMENTO

Perfil	Segmento	Mínimo %	Máximo %
FIX (Conservador)	Renda Fixa	85,00	100,00
	Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00
Mix 15 (Moderado)	Renda Fixa	70,00	85,00
	Renda Variável	15,00	15,00
	Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00
Mix 30 (Agressivo)	Renda Fixa	55,00	70,00
	Renda Variável	30,00	30,00
	Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00

Observação: O perfil conservador trata-se do perfil FIX. O perfil moderado trata-se do MIX 15. O perfil agressivo trata-se do MIX 30. Para os perfis moderado e agressivo (MIX 15 e MIX 30): o somatório da Renda Fixa e dos Empréstimos e Financiamentos deve ser 85% e 70% dos recursos do perfil, respectivamente.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1982002018 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Segmento	Indexador	Taxa de juros % aa
100,00	Plano	IGP-DI	5,50

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Anderson Guimarães	156.948.158-07	Diretor Financeiro



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1982002018 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

CONTROLE DE RISCO



Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.



Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.



Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.



Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.



Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.



Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: Gestão, custódia e controles de risco terceirizados. Em especial, risco de mercado está utilizando a metodologia de VaR (*Value at Risk*). O apreçamento de ativos é realizado pelo administrador contratado.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1982002018 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %	
Renda Fixa	0,00	100,00	94,00	<ul style="list-style-type: none"> • A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim • Utiliza derivativos? Sim • Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim • Existência de sistemas de controles internos? Sim
Renda Variável	0,00	5,00	3,00	
Imóveis	0,00	7,00	0,00	
Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00	3,00	
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	0,00	



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

9970000000 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % aa
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Anderson Guimarães	156.948.158-07	Diretor Financeiro



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

9970000000 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONTROLE DE RISCO



Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.



Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.



Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.



Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.



Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.



Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação: Gestão, custódia e controles de risco tercerizados. Em especial, risco de mercado está utilizando a metodologia de VaR (*Value at Risk*). O apreçamento de ativos é realizado pelo administrador contratado.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

9970000000 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %	
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00	<ul style="list-style-type: none"> • A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim • Utiliza derivativos? Sim • Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim • Existência de sistemas de controles internos? Sim



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4003430018 – ASSISTENCIAL

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % aa
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Anderson Guimarães	156.948.158-07	Diretor Financeiro



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4003430018 – ASSISTENCIAL

CONTROLE DE RISCO



Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.



Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.



Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.



Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.



Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.



Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação: Gestão, custódia e controles de risco terceirizados. Em especial, risco de mercado está utilizando a metodologia de VaR (*Value at Risk*). O apreçamento de ativos é realizado pelo administrador contratado.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4003430018 – ASSISTENCIAL

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %	
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00	<ul style="list-style-type: none"> • A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim • Utiliza derivativos? Sim • Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim • Existência de sistemas de controles internos? Sim

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO		2019	2018
Disponível		228	116
Realizável		1.903.682	1.784.372
Gestão Previdencial	(Nota 5)	10.981	17.145
Gestão Administrativa	(Nota 5)	266	53
Investimentos	(Nota 6)	1.892.435	1.767.174
Créditos Privados e Depósitos		88	46
Fundos de Investimentos		1.875.426	1.749.423
Investimentos imobiliários		4.904	6.155
Empréstimos e Financiamentos		12.017	11.550
TOTAL DO ATIVO		1.903.910	1.784.488
PASSIVO		2019	2018
Exigível Operacional	(Nota 7)	5.047	4.473
Gestão Previdencial		1.883	1.631
Gestão Administrativa		3.146	2.726
Investimentos		18	116
Exigível Contingencial	(Nota 8)	4.928	3.730
Gestão Previdencial		4.697	3.730
Gestão Administrativa		231	-
Patrimônio Social		1.893.935	1.776.285
Patrimônio de Cobertura do Plano		1.796.085	1.722.080
Provisões Matemáticas	(Nota 9)	1.698.336	1.556.605
Benefícios Concedidos		1.270.090	1.150.390
Benefícios a Conceder		488.329	465.725
(-) Prov. Matemáticas a Constituir		(60.083)	(59.510)
Equilíbrio Técnico	(Nota 10)	97.749	165.475
Resultados Realizados		97.749	165.475
Superávit Técnico Acumulado		97.749	165.475
Fundos	(Nota 11)	97.850	54.205
Fundos Previdenciais		93.754	50.781
Fundos Administrativos		3.072	2.518
Fundos dos Investimentos		1.024	906
TOTAL DO PASSIVO		1.903.910	1.784.488

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.776.285	1.685.279	5,40%
1. Adições	239.431	206.683	15,48%
(+) Contribuições Previdenciais	48.202	40.232	19,81%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	178.586	154.496	15,59%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	70	124	(43,55%)
(+) Receitas Administrativas	12.170	11.437	6,41%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Administrativa	285	296	(3,72%)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	118	98	(20,41%)
2. Destinações	(121.781)	(115.677)	5,28%
(-) Benefícios	(109.880)	(103.999)	5,65%
(-) Despesas Administrativas	(11.674)	(11.678)	(0,03%)
(-) Constituição Líquida de Contingências-Gestão Administrativa	(227)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	117.650	91.006	29,28%
(+) Provisões matemáticas	141.731	62.403	127,12%
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	(67.726)	29.759	(327,58%)
(+) Fundos Previdenciais	42.973	(1.309)	(3.382,89%)
(+) Fundos administrativo	554	55	907,27%
(+) Fundos investimentos	118	98	20,41%
B) Patrimônio Social-final do exercício (A + 3)	1.893.935	1.776.285	6,62%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Variação %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	2.518	2.463	2,23%
1. Custeio da Gestão Administrativa	12.455	11.733	6,15%
1.1 Receitas	12.455	11.733	6,15%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.232	6.871	5,25%
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.442	3.642	21,97%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	53	51	3,92%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	285	296	(3,72%)
Outras receitas	443	873	(49,26%)
2. Despesas Administrativas	(11.674)	(11.656)	0,15%
2.1 Administração Previdencial	(7.953)	(7.977)	(0,30%)
Pessoal e encargos	(4.007)	(3.951)	1,42%
Treinamentos/congressos e seminários	(60)	(68)	(11,76%)
Viagens e estadias	(31)	(41)	(24,39%)
Serviços de terceiros	(3.054)	(3.091)	(1,20%)
Despesas gerais	(276)	(233)	18,45%
Tributos	(525)	(510)	2,94%
Outras Despesas	-	(83)	(100,00%)
2.2 Administração dos Investimentos	(3.721)	(3.679)	1,14%
Pessoal e encargos	(2.157)	(2.161)	(0,19%)
Treinamentos/congressos e seminários	(33)	(37)	(10,81%)
Viagens e estadias	(17)	(22)	(22,73%)
Serviços de terceiros	(1.075)	(1.116)	(3,67%)
Despesas gerais	(240)	(124)	93,55%
Tributos	(199)	(174)	14,37%
Outras despesas	-	(45)	(100,00%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(227)	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(22)	(100,00%)
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	554	55	907,27%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	554	55	907,27%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 7 + 8)	3.072	2.518	22,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	180.020	177.607	1,36%
Disponível	-	2	(100,00%)
Recebível	1.349	1.288	4,74%
Investimento	178.671	176.317	1,34%
Fundos de Investimentos	177.491	174.775	1,55%
Investimentos Imobiliários	790	1.115	(29,15%)
Empréstimos e Financiamentos	390	427	(8,67%)
2.Obrigações	819	758	8,05%
Operacional	180	184	(2,17%)
Contingencial	639	574	11,32%
3.Fundos não Previdenciais	502	555	(9,55%)
Fundos Administrativos	317	391	(18,93%)
Fundos dos Investimentos	185	164	12,80%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	178.699	176.294	1,36%
Provisões Matemáticas	123.684	124.956	(1,02%)
Superávit Técnico	27.999	41.672	(32,81%)
Fundos Previdenciais	27.016	9.666	179,50%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	38.909	52.167	(25,41%)
a) Equilíbrio Técnico	27.999	41.672	(32,81%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	10.910	10.495	(3,95%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	38.909	52.167	(25,41%)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	574.037	549.033	4,55%
Disponível	88	22	300,00%
Recebível	2.314	1.847	25,28%
Investimento	571.635	547.164	4,47%
Créditos Privados e Depósitos	88	46	91,30%
Fundos de Investimentos	566.526	540.817	4,75%
Investimentos Imobiliários	2.204	3.130	(29,58%)
Empréstimos e Financiamentos	2.817	3.171	(11,16%)
2.Obrigações	1.653	1.217	35,83%
Operacional	496	321	54,52%
Contingencial	1.157	896	29,13%
3.Fundos não Previdenciais	1.104	1.176	(6,12%)
Fundos Administrativos	381	507	(24,85%)
Fundos dos Investimentos	723	669	8,07%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	571.280	546.640	4,51%
Provisões Matemáticas	500.811	478.861	4,58%
Superávit Técnico	14.103	35.808	(60,61%)
Fundos Previdenciais	56.366	31.971	76,30%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	19.080	40.582	(52,98%)
a) Equilíbrio Técnico	14.103	35.808	(60,61%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.977	4.774	4,25%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	19.080	40.582	(52,98%)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	123.621	97.159	27,24%
Disponível	115	31	270,97%
Recebível	1.786	1.419	25,86%
Investimento	121.720	95.709	27,18%
Fundos de Investimentos	119.046	94.190	26,39%
Empréstimos e Financiamentos	2.674	1.519	76,04%
2.Obrigações	51	76	(32,89%)
Operacional	51	76	(32,89%)
3.Fundos não Previdenciais	1.759	1.326	32,65%
Fundos Administrativos	1.745	1.320	32,20%
Fundos dos Investimentos	14	6	133,33%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	121.811	95.757	27,21%
Provisões Matemáticas	117.408	92.159	27,40%
Fundos Previdenciais	4.403	3.598	22,37%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	1.023.173	957.905	6,81%
Disponível	15	21	(28,57%)
Recebível	9.129	15.109	(39,58%)
Investimento	1.014.029	942.775	7,56%
Fundos de Investimentos	1.005.984	934.432	7,66%
Investimentos Imobiliários	1.910	1.910	-
Empréstimos e Financiamentos	6.135	6.433	(4,63%)
2.Obrigações	4.394	3.367	30,50%
Operacional	1.494	1.106	35,08%
Contingencial	2.900	2.261	28,26%
3.Fundos não Previdenciais	731	367	99,18%
Fundos Administrativos	629	300	109,67%
Fundos dos Investimentos	102	67	52,24%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.018.048	954.171	6,69%
Provisões Matemáticas	956.432	860.630	11,13%
Superávit/Déficit Técnico	55.647	87.995	(36,76%)
Fundos Previdenciais	5.969	5.546	7,63%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	83.438	109.061	(23,49%)
a) Equilíbrio Técnico	55.647	87.995	(36,76%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	27.791	21.066	31,92%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	83.438	109.061	(23,49%)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BSPS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	507.740	484.666	4,76%
Disponível	3	7	(57,14%)
Recebível	8.939	13.456	(33,57%)
Investimento	498.798	471.203	5,86%
Fundos de Investimentos	490.753	462.860	6,03%
Investimentos Imobiliários	1.910	1.910	-
Empréstimos e Financiamentos	6.135	6.433	(4,63%)
2.Obrigações	4.069	2.880	41,28%
Operacional	1.169	619	88,85%
Contingencial	2.900	2.261	28,26%
3.Fundos não Previdenciais	731	367	99,18%
Fundos Administrativos	629	300	109,67%
Fundos dos Investimentos	102	67	52,24%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	502.940	481.419	4,47%
Provisões Matemáticas	539.579	481.643	12,03%
Déficit Técnico	(36.639)	(224)	16.256,70%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(22.746)	6.087	(473,68%)
a) Equilíbrio Técnico	(36.639)	(224)	16.256,70%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	13.893	6.311	120,14%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(22.746)	6.087	(473,68%)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BD

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	420.819	386.537	8,87%
Disponível	3	12	(75,00%)
Recebível	135	1.199	(88,74%)
Investimento	420.681	385.326	9,18%
Fundos de Investimentos	420.681	385.326	9,18%
2.Obrigações	256	379	(32,45%)
Operacional	256	379	(32,45%)
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	420.563	386.158	8,91%
Provisões Matemáticas	313.521	288.348	8,73%
Superávit Técnico	107.042	97.810	9,44%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	117.064	108.726	7,67%
a) Equilíbrio Técnico	107.042	97.810	9,44%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	10.022	10.916	(8,19%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	117.064	108.726	7,67%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - CV

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	94.500	86.605	9,12%
Disponível	8	1	700,00%
Recebível	44	362	(87,85%)
Investimento	94.448	86.242	9,52%
Fundos de Investimentos	94.448	86.242	9,52%
2.Obrigações	69	108	(36,11%)
Operacional	69	108	(36,11%)
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	94.431	86.497	9,17%
Provisões Matemáticas	103.332	90.639	14,00%
Déficit Técnico	(14.756)	(9.591)	53,85%
Fundos Previdenciais	5.855	5.449	7,45%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(10.880)	(5.752)	89,15%
a) Equilíbrio Técnico	(14.756)	(9.591)	53,85%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.876	3.839	0,96%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(10.880)	(5.752)	89,15%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - PECÚLIO

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	114	97	17,53%
Disponível	1	1	-
Recebível	11	92	(88,04%)
Investimento	102	4	2.450,00%
Fundos de Investimentos	102	4	2.450,00%
2.Obrigações	-	-	-
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	114	97	17,53%
Fundos Previdenciais	114	97	17,53%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELTOS ASSISTENCIAL

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
1.Ativos	-	55	(100,00%)
Investimento	-	55	(100,00%)
Fundos de Investimentos	-	55	(100,00%)
2.Obrigações	-	55	(100,00%)
Operacional	-	55	(100,00%)
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	-	-	-
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	176.294	174.248	1,17%
1. Adições	18.577	18.060	2,86%
(+) Contribuições	3.060	2.013	52,01%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	15.501	16.016	(3,22%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	16	31	(48,39%)
2. Destinações	(16.172)	(16.014)	0,99%
(-) Benefícios	(15.199)	(15.071)	0,85%
(-) Custeio Administrativo	(973)	(943)	3,18%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	2.405	2.046	17,55%
(+/-) Provisões Matemáticas	(1.272)	(3.245)	(60,80%)
(+/-) Fundos Previdenciais	17.350	(1.452)	(1.294,90%)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(13.673)	6.743	(302,77%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	178.699	176.294	1,36%
C) Fundos não Previdenciais	(53)	49	(208,16%)
(+/-) Fundos Administrativos	(74)	28	(364,29%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	21	21	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	546.640	528.302	3,47%
1. Adições	61.395	50.294	22,07%
(+) Contribuições	9.020	6.229	44,81%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	52.347	44.015	18,93%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	28	50	(44,00%)
2. Destinações	(36.755)	(31.956)	15,02%
(-) Benefícios	(35.011)	(30.276)	15,64%
(-) Custeio Administrativo	(1.744)	(1.680)	3,81%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	24.640	18.338	34,37%
(+/-) Provisões Matemáticas	21.950	14.091	55,77%
(+/-) Fundos Previdenciais	24.395	(575)	(4,342,61%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(21.705)	4.822	(550,12%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	571.280	546.640	4,51%
C) Fundos não Previdenciais	(72)	1	(7.300,00%)
(+/-) Fundos Administrativos	(126)	(48)	162,50%
(+/-) Fundos dos Investimentos	54	49	10,20%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	95.757	76.831	24,63%
1. Adições	31.944	26.195	21,95%
(+) Contribuições	22.448	19.729	13,78%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	9.496	6.466	46,86%
2. Destinações	(5.890)	(7.269)	(18,97%)
(-) Benefícios	(3.300)	(5.014)	(34,18%)
(-) Custeio Administrativo	(2.590)	(2.255)	14,86%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	26.054	18.926	37,66%
(+/-) Provisões Matemáticas	25.249	18.024	40,09%
(+/-) Fundos Previdenciais	805	902	(10,75%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	121.811	95.757	27,21%
C) Fundos não Previdenciais	433	377	14,85%
(+/-) Fundos Administrativos	425	373	13,94%
(+/-) Fundos dos Investimentos	8	4	100,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	954.171	902.626	5,71%
1. Adições	122.170	107.160	14,01%
(+) Contribuições	20.904	19.105	9,42%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	101.240	88.011	15,03%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	26	44	(40,91%)
2. Destinações	(58.293)	(55.615)	4,82%
(-) Benefícios	(56.367)	(53.637)	5,09%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	-	(7)	(100,00%)
(-) Custeio Administrativo	(1.926)	(1.971)	(2,28%)
(-) Resultados a Realizar	-	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	63.877	51.545	23,92%
(+/-) Provisões Matemáticas	95.802	33.534	185,69%
(+/-) Fundos Previdenciais	423	(183)	(331,15%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(32.348)	18.194	(277,79%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.018.048	954.171	6,69%
C) Fundos não Previdenciais	364	(274)	(232,85%)
(+/-) Fundos Administrativos	329	(299)	(210,03%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	35	25	40,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BSPS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	481.419	465.982	3,31%
1. Adições	62.540	55.129	13,44%
(+) Contribuições	11.660	10.700	8,97%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	50.854	44.385	14,57%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	26	44	(40,91%)
2. Destinações	(41.019)	(39.692)	3,34%
(-) Benefícios	(39.144)	(37.768)	3,64%
(-) Custeio Administrativo	(1.875)	(1.924)	(2,55%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	21.521	15.437	39,41%
(+/-) Provisões Matemáticas	57.936	15.661	269,94%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(36.415)	(224)	16.156,70%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	502.940	481.419	4,47%
C) Fundos não Previdenciais	364	(274)	(232,85%)
(+/-) Fundos Administrativos	329	(299)	(210,03%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	35	25	40,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BD

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	386.158	356.783	8,23%
1. Adições	47.437	41.206	15,12%
(+) Contribuições	6.674	5.430	22,91%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	40.763	35.776	13,94%
2. Destinações	(13.032)	(11.831)	10,15%
(-) Benefícios	(12.987)	(11.797)	10,09%
(-) Custeio Administrativo	(45)	(34)	32,35%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	34.405	29.375	17,12%
(+/-) Provisões Matemáticas	25.173	12.199	106,35%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	9.232	17.176	(46,25%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	420.563	386.158	8,91%
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - CV

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	86.497	79.751	8,46%
1. Adições	12.176	10.821	12,52%
(+) Contribuições	2.557	2.971	(13,93%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	9.619	7.850	22,54%
2. Destinações	(4.242)	(4.075)	4,10%
(-) Benefícios	(4.236)	(4.062)	4,28%
(-) Custeio Administrativo	(6)	(13)	(53,85%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	7.934	6.746	17,61%
(+/-) Provisões Matemáticas	12.693	5.674	123,70%
(+/-) Fundos Previdenciais	406	(170)	(338,82%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(5.165)	1.242	(515,86%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	94.431	86.497	9,17%
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - PECÚLIO

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	97	110	(11,82%)
1. Adições	17	4	325,00%
(+) Contribuições	13	4	225,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	4	-	-
2. Destinações	-	(17)	(100,00%)
(-) Benefícios	-	(10)	(100,00%)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	-	(7)	(100,00%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	17	(13)	(230,77%)
(+/-) Fundos Previdenciais	17	(13)	(230,77%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	114	97	17,53%
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS ASSISTENCIAL (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	-	-	-
1. Adições	2	5	(60,00%)
(+) Contribuições	-	5	(100,00%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	2	-	-
2. Destinações	(2)	(5)	(60,00%)
(-) Benefícios	(2)	-	-
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	-	(5)	(100,00%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	-	-	-
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	-	-	-
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	179.704	177.216	1,40%
1. Provisões Matemáticas	123.684	124.956	(1,02%)
1.1. Benefícios Concedidos	123.684	124.956	(1,02%)
Benefício Definido	123.684	124.956	(1,02%)
2. Equilíbrio Técnico	27.999	41.672	(32,81%)
2.1. Resultados Realizados	27.999	41.672	(32,81%)
Superávit Técnico Acumulado	27.999	41.672	(32,81%)
Reserva de Contingência	22.523	22.992	(2,04%)
Reserva para Revisão de Plano	5.476	18.680	(70,69%)
3. Fundos	27.201	9.830	176,71%
3.1. Fundos Previdenciais	27.016	9.666	179,50%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	185	164	12,80%
4. Exigível Operacional	180	184	(2,17%)
4.1. Gestão Previdencial	180	182	(1,10%)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	-	2	(100,00%)
5. Exigível Contingencial	639	574	11,32%
5.1. Gestão Previdencial	639	574	11,32%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	573.656	548.526	4,58%
1. Provisões Matemáticas	500.811	478.861	4,58%
1.1. Benefícios Concedidos	334.265	297.353	12,41%
Contribuição Definida	275.283	240.358	14,53%
Benefício Definido	58.982	56.995	3,49%
1.2. Benefícios a Conceder	166.546	181.508	(8,24%)
Contribuição Definida	166.546	181.508	(8,24%)
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	69.000	76.616	(9,94%)
Saldo de contas-parcela participantes	97.546	104.892	(7,00%)
2. Equilíbrio Técnico	14.103	35.808	(60,61%)
2.1. Resultados Realizados	14.103	35.808	(60,61%)
Superávit Técnico Acumulado	14.103	35.808	(60,61%)
Reserva de Contingência	11.649	11.279	3,28%
Reserva para Revisão de Plano	2.454	24.529	(90,00%)
3. Fundos	57.089	32.640	74,91%
3.1. Fundos Previdenciais	56.366	31.971	76,30%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	723	669	8,07%
4. Exigível Operacional	496	321	54,52%
4.1. Gestão Previdencial	493	312	58,01%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	3	9	(66,67%)
5. Exigível Contingencial	1.157	896	29,13%
5.1. Gestão Previdencial	1.157	896	29,13%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	121.876	95.839	27,17%
1. Provisões Matemáticas	117.408	92.159	27,40%
1.1. Benefícios Concedidos	3.796	1.825	108,00%
Contribuição Definida	3.796	1.825	108,00%
1.2. Benefícios a Conceder	113.612	90.334	25,77%
Contribuição Definida	113.612	90.334	25,77%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	45.888	36.171	26,86%
Saldo de contas-parcela participantes	67.724	54.163	25,04%
3. Fundos	4.417	3.604	22,56%
3.1. Fundos Previdenciais	4.403	3.598	22,37%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	14	6	133,33%
4. Exigível Operacional	51	76	(32,89%)
4.1. Gestão Previdencial	49	74	(33,78%)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	2	2	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.022.544	957.605	6,78%
1. Provisões Matemáticas	956.432	860.630	11,13%
1.1. Benefícios Concedidos	808.345	726.256	11,30%
Contribuição Definida	1.393	801	73,91%
Benefício Definido	806.952	725.455	11,23%
1.2. Benefícios a Conceder	208.171	193.884	7,37%
Contribuição Definida	48.034	44.187	8,71%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	16.297	15.161	7,49%
Saldo de contas-parcela participantes	31.737	29.026	9,34%
Benefício Definido	160.137	149.697	6,97%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(60.084)	(59.510)	0,96%
(-) Déficit Equacionado	(60.084)	(59.510)	0,96%
(-) Patrocinador(es)	(55.208)	(56.431)	(2,17%)
(-) Assistidos	(4.876)	(3.079)	58,36%
2. Equilíbrio Técnico	55.647	87.995	(36,76%)
2.1. Resultados Realizados	55.647	87.995	(36,76%)
Superávit Técnico Acumulado	107.042	97.810	9,44%
Reserva de Contingência	78.380	72.087	8,73%
Reserva para Revisão de Plano	28.662	25.723	11,43%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(51.395)	(9.815)	423,64%
3. Fundos	6.071	5.613	8,16%
3.1. Fundos Previdenciais	5.969	5.546	7,63%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	102	67	52,24%
4. Exigível Operacional	1.494	1.107	34,96%
4.1. Gestão Previdencial	1.481	1.008	46,92%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	13	99	(86,87%)
5. Exigível Contingencial	2.900	2.260	28,32%
5.1. Gestão Previdencial	2.900	2.260	28,32%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BSPS

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	507.111	484.365	4,70%
1. Provisões Matemáticas	539.579	481.643	12,03%
1.1. Benefícios Concedidos	557.061	501.993	10,97%
Benefício Definido	557.061	501.993	10,97%
1.2. Benefícios a Conceder	36.502	35.252	3,55%
Benefício Definido	36.502	35.252	3,55%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(53.984)	(55.602)	(2,91%)
(-) Déficit Equacionado	(53.984)	(55.602)	(2,91%)
(-) Patrocinador(es)	(53.984)	(55.602)	(2,91%)
2. Equilíbrio Técnico	(36.639)	(224)	16.256,70%
2.1. Resultados Realizados	(36.639)	(224)	16.256,70%
Déficit Técnico Acumulado	(36.639)	(224)	16.256,70%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(36.639)	(224)	16.256,70%
2.2. Resultados a Realizar	-	-	-
3. Fundos	102	67	52,24%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	102	67	52,24%
4. Exigível Operacional	1.169	619	88,85%
4.1. Gestão Previdencial	1.156	613	88,58%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	13	6	116,67%
5. Exigível Contingencial	2.900	2.260	28,32%
5.1. Gestão Previdencial	2.900	2.260	28,32%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BD

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	420.819	386.537	8,87%
1. Provisões Matemáticas	313.521	288.348	8,73%
1.1. Benefícios Concedidos	189.886	173.903	9,19%
Benefício Definido	189.886	173.903	9,19%
1.2. Benefícios a Conceder	123.635	114.445	8,03%
Benefício Definido	123.635	114.445	8,03%
2. Equilíbrio Técnico	107.042	97.810	9,44%
2.1. Resultados Realizados	107.042	97.810	9,44%
Superávit Técnico Acumulado	107.042	97.810	9,44%
Reserva de Contingência	78.380	72.087	8,73%
Reserva para Revisão de Plano	28.662	25.723	11,43%
4. Exigível Operacional	256	379	(32,45%)
4.1. Gestão Previdencial	256	304	(15,79%)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	-	75	(100,00%)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - CV (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	94.500	86.606	9,11%
1. Provisões Matemáticas	103.332	90.639	14,00%
1.1. Benefícios Concedidos	61.398	50.360	21,92%
Contribuição Definida	1.393	801	73,91%
Benefício Definido	60.005	49.559	21,08%
1.2. Benefícios a Conceder	48.034	44.187	8,71%
Contribuição Definida	48.034	44.187	8,71%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	16.297	15.161	7,49%
Saldo de contas-parcela participantes	31.737	29.026	9,34%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.100)	(3.908)	56,09%
(-) Déficit Equacionado	(6.100)	(3.908)	56,09%
(-) Patrocinador(es)	(1.224)	(829)	47,65%
(-) Assistidos	(4.876)	(3.079)	58,36%
2. Equilíbrio Técnico	(14.756)	(9.591)	53,85%
2.1. Resultados Realizados	(14.756)	(9.591)	53,85%
Superávit Técnico Acumulado	(14.756)	(9.591)	53,85%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.756)	(9.591)	53,85%
3. Fundos	5.855	5.449	7,45%
3.1. Fundos Previdenciais	5.855	5.449	7,45%
4. Exigível Operacional	69	109	(36,70%)
4.1. Gestão Previdencial	69	91	(24,18%)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	-	18	(100,00%)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO PSAP BANDEIRANTE - PECÚLIO

(EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	114	97	17,53%
1. Provisões Matemáticas	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	114	97	17,53%
3.1. Fundos Previdenciais	114	97	17,53%
4. Exigível Operacional	-	-	-
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS ASSISTENCIAL (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição	2019	2018	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	-	55	(100,00%)
1. Provisões Matemáticas	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	-	55	(100,00%)
4.1. Gestão Previdencial	-	55	(100,00%)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída em 19 de julho de 2006, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 625 de 21 de agosto de 2006 do Ministério da Previdência Social, publicada no DOU de 22 de agosto de 2006. Seu efetivo funcionamento ocorreu a partir de 1º de junho de 2007, data em que a entidade iniciou suas atividades, com a adesão das primeiras patrocinadoras do Grupo Energias do Brasil: EDP – Energias do Brasil S.A, EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (antiga Bandeirante Energia S.A.), Energest S.A, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A (antiga Espírito Santo Centrais Elétricas S.A) e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (antiga Enertrade Comercializadora de Energia S.A.), com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela ENERPREV são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes ativos e assistidos e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A ENERPREV tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos seus participantes, ativos, assistidos, autopatrocinados e aos que se encontram em benefício proporcional diferido, proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente regulamento do plano. Somente o Plano Energias do Brasil está aberto a novas adesões. Os demais planos encontram-se fechados a novas adesões.

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE ⁽¹⁾	RAZÃO SOCIAL
Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Bandeirante ⁽²⁾	1982.0020-18	BD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A
Plano de Benefícios Escelsos I	1988.0009-47	BD	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
			Energest S.A.
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
Plano de Benefícios Escelsos II	1998.0022-92	CV	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
			Energest S.A.
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2006.0071-65	CD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A
			EDP - Energias do Brasil S.A.
			Instituto EDP Energias do Brasil
			Lajeado Energia S.A.
			ECE Participações S.A.
			EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.
			Energest S.A.
			EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			Enerpeixe S.A.
			EDP Renováveis Brasil S.A.
			Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
			Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.
			Investco S.A.
			Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
			EDP - Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ⁽³⁾
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.			
EDP - Comercialização Varejista Ltda.			
EDP - Soluções em Energias S.A.			
Empresa de Energia São Manoel S.A. ⁽⁴⁾			
EDP Transmissão S.A. ⁽⁵⁾			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

(1) Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

(2) Gerencialmente o Plano PSAP/Bandeirante é composto pelas submassas: BD (Benefício Definido), CV (Contribuição Variável), BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) e Pecúlio.

(3) Processo de retirada de patrocínio em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

(4) No dia 23 de abril de 2019, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa de Energia São Manoel S.A., como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota Nº 419/2019/PREVIC e do Processo Nº 44011.001893/2019-75.

(5) No dia 25 de junho de 2019 foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da empresa EDP Transmissão S.A., como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota Nº 433/2019/PREVIC e do Processo Nº 44011.001739/2019-01.

O quadro de participantes em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

MASSA DE PARTICIPANTES 12/2019

PLANO	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSÕES	Autopatrocinado	BPD	Total Geral
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2.118	12	1	73	73	2.277
Plano de Benefícios I - Escelsos	-	419	235	-	-	654
Plano de Benefícios II - Escelsos	301	818	47	22	14	1.202
Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante BD	349	844	55	25	92	1.365
Total Geral	2.768	2.093	338	120	179	5.498

MASSA DE PARTICIPANTES 12/2018

PLANO	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSÕES	Autopatrocinado	BPD	Total Geral
Plano de Benefícios Energias do Brasil	1.827	12	-	70	56	1.965
Plano de Benefícios I - Escelsos	-	444	218	-	-	662
Plano de Benefícios II - Escelsos	364	768	44	28	18	1.222
Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante BD	377	835	47	26	94	1.379
Total Geral	2.568	2.059	309	124	168	5.228

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 29, de 13 de abril de 2018; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 15). ■

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes, autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio das despesas administrativas efetuados pelas patrocinadoras, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. Títulos para negociação – Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, calculados “pro rata” dia e ajustados no resultado do exercício ao valor de mercado computando-se a valorização e a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira dos planos de benefícios que a Entidade administra de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados

e registrados no resultado do exercício pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

Os Derivativos exclusivamente destinados a proteção de exposição, quando existentes, são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

c. Ações de companhias abertas

São registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e taxas de operações de compras de ações, estão registradas ao valor de mercado, obtido pela sua cotação de fechamento na data do balanço ou na data mais próxima, na qual se registrou negociação da ação na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA. As cotas de fundos de ações são registradas pelo custo de aquisição, ajustado mensalmente pela variação das respectivas cotas.

II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitados.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida no resultado.

III. Empréstimos e Financiamentos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permite identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

A partir de agosto de 2017 o Plano de Benefícios Energias do Brasil passou a conceder empréstimos aos seus

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

participantes, assim como os Planos de Benefícios Escelsos I e II e PSAP/Bandeirante.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 360 dias.

Para os casos de morte do mutuário dos Planos de Benefícios Escelsos I e II, para empréstimos concedidos anteriormente a junho/2015, a seguradora reembolsa a ENERPREV o valor total do saldo devedor do empréstimo concedido ao participante.

A partir de junho/2015, foram unificados os regulamentos dos empréstimos dos

planos administrados que contam com essa aplicação financeira, que passaram a ter regras iguais para todos os planos. Neste novo regulamento foi criada a constituição de um Fundo para Quitação por Morte (FQM), não sendo mais utilizado o seguro prestamista com instituição financeira, sendo que no caso de falecimento do mutuário, o saldo devedor é absorvido por este fundo.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais, inerentes a reclamações trabalhistas por ex-empregados das patrocinadoras que refletem impactos nos planos previdenciais da entidade. Essas

contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** são divulgados sem constituição de provisão; e
- **Remotas:** não requerem constituição de provisão e divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais e Investimentos) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

e) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos planos e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

f) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas pelo atuário responsável pelos Planos de Benefícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

g) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

h) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas. ■

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** As contribuições mensais das empresas patrocinadoras, participantes autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido dos planos custeiam 65% do total das despesas administrativas, de acordo com o percentual específico de cada patrocinadora.

Outras fontes de custeio são: taxa administrativa sobre a concessão de empréstimos, taxa administrativa recebida de autopatrocinados, taxa de consignatária sobre serviços prestados de desconto em folha de benefícios e rendimento financeiro do Fundo Administrativo.

- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, que correspondem a 35%

do total das despesas administrativas, equivalentes ao total das Despesas Administrativas de Investimentos, que são custeadas diretamente pelo resultado dos Investimentos.

Os critérios adotados pela ENERPREV para segregação das despesas de administração foram registrados de acordo com a aplicação da respectiva despesa, resultando na proporção de 65% para despesas administrativas previdenciais e 35% para despesas administrativas dos investimentos. ■

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano de Benefícios	2019					2018
	Recursos a Receber Contribuições do Mês	Adiant. Benef.	Depósitos Judiciais/Recursais Esfera Trabalhista	Outros Realizáveis	Total	Total
Plano Energias do Brasil	26	-	-	-	26	99
Plano Escelsos I	-	1	337	639	977	897
Plano Escelsos II	30	-	423	1.163	1.616	1.340
Plano PSAP - Mod. BD	9	1	-	125	135	1.199
Plano PSAP - Mod. CV	2	-	-	13	15	362
Plano PSAP - Mod. BSPS	615	2	336	7.248	8.201	13.156
Plano PSAP - Mod. Pecúlio	-	-	-	11	11	92
Total	682	4	1.096	9.199	10.981	17.145

Recursos a Receber – Contribuição do mês, referem-se em sua totalidade, a diferença que ficou pendente de repasse de contribuições em dezembro/2019 com a liquidação em janeiro/2020.

Adiantamentos de Benefícios – refere-se a adiantamentos de benefícios para participantes cujo falecimento ocorram na data da emissão da folha de pagamento.

Depósitos Judiciais/Recursais, referem-se a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajustes de benefícios adotadas nas patrocinadoras. Vejamos:

Plano de Benefícios	2018	Atualização	(Reversão)	2019
Plano Escelsos I	323	14	-	337
Plano Escelsos II	415	8	-	423
Plano PSAP - Mod. BSPS	323	13	-	336
Total	1.061	35	-	1.096

Outros Realizáveis, Os valores do Plano PSAP/Bandeirante das submassas PSAP BD, CV, BSPS e Pecúlio, em transferência de gerenciamento são os valores pendentes da **transferência de gerenciamento**, quando da sua migração para a ENERPREV. No caso

dos Planos de Benefícios Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante submassa BSPS, a **contingências a recuperar** referem-se o compromisso das patrocinadoras em caso de perda dos processos judiciais que venham impactar os planos previdenciários. Vejamos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios	2019				2018
	Tributos a Compensar	Transferência de Gerenciamento	Contingências a Recuperar	Total	Total
Plano Energias do Brasil	-	-	-	-	22
Plano Escelsos I	-	-	639	639	574
Plano Escelsos II	5	-	1.158	1.163	901
Plano PSAP - Mod. BD	-	125	-	125	1.179
Plano PSAP - Mod. CV	-	13	-	13	338
Plano PSAP - Mod. BSPTS	-	4.348	2.900	7.248	12.269
Plano PSAP - Mod. Pecúlio	-	11	-	11	92
Total	5	4.497	4.697	9.199	15.375

Outros Realizáveis (cont.) – Tributos a Recuperar

- Em 13 de abril de 2017 a Secretaria da Receita Federal do Brasil, expediu o comunicado nº 08166-00000015/2017, referente ao pedido de restituição de pagamento a maior nº 41815.18999.310507.1.2.04-0595 protocolado pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS, reconhecendo e homologando o crédito pleiteado no referido documento no valor de R\$ 1.301.

Em março de 2018, seguindo as considerações que a Norma Contábil Ibracon NBC 22 determina. A ENERPREV solicitou ao escritório de consultoria Jurídica uma avaliação do risco do seu recebimento, e recebemos uma avaliação do referido

ativo no valor de R\$ 1.301 como um ganho “praticamente certo”.

Em 18 de julho de 2018, a ENERPREV recebeu da sua consultoria jurídica uma “Opinião Legal”, referente ao processo pela qual foi contratada à época pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS, onde recomendou que a ENERPREV considere o patrimônio dos planos de benefícios na data da migração do mesmo, e faça uma alocação percentual para cada plano de benefícios.

A Diretoria recomendou ao Conselho Deliberativo, a opção de ratear o referido ativo no valor de R\$ 1.301, levando em consideração o patrimônio dos Planos de Benefícios na data da sua

transferência de gerenciamento, 31 de outubro de 2008, que apresentou o seguinte percentual (%): Plano de Benefícios Escelsos I 26,22% e Plano de Benefícios Escelsos II 73,78%. Desta forma o patrimônio do Plano de Benefícios Escelsos I teria um reconhecimento contábil de R\$ 341 e o Plano de Benefícios Escelsos II de R\$ 960.

Em junho de 2018, os valores foram alocados nos planos de benefícios em conta patrimonial do ativo - a receber e conta retificadora, sem efeito nos resultados dos respectivos planos. Em abril/2019 a ENERPREV recebeu o montante total de R\$ 3.909 (valor de R\$ 1.301 com suas devidas atualizações), sendo R\$ 1.025 alocado no Plano de Benefícios Escelsos I e R\$ 2.884 no Plano de Benefícios Escelsos II.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

b) Gestão Administrativa

	2019	2018
Contribuição para Custeio	1	4
Responsabilidade de Empregados	13	14
Outros Recursos a Receber	25	16
Depósitos Judiciais/Recursais	221	11
Tributos a Compensar	6	8
Total	266	53

Contribuição para Custeio, refere-se a parcela de contribuição administrativa dos autopatrocinados.

Responsabilidade de Empregados, refere-se ao valor de adiantamento de 13º salário de funcionários da ENERPREV, em dezembro/2019.

Outros recursos a Receber, refere-se as contribuições a receber de BPD.

Depósitos Judiciais/Recursais, em 2018, refere-se ao valor de depósito judicial de ação trabalhista de ex-colaborador. Em 2019, o aumento refere-se a um depósito judicial referente a CDA nº 72 2 05 000078-67 onde a Receita Federal do Brasil questiona 23 débitos lançados indevidamente em DCTF pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS.

Tributos a Compensar, referem-se em sua totalidade, a PIS/COFINS recolhidos a maior para a Receita Federal do Brasil passíveis de compensação de recolhimentos futuros. ■

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem

como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários de acordo com a Resolução CMN Nº 4.661 de 25 de maio de 2018, e Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018 que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

A Entidade adota a segregação real dos ativos por plano de benefícios e todos os investimentos da Entidade estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os investimentos apresentam em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a seguinte composição consolidada:

Plano de Benefícios e PGA	2019						2018
	Créditos Privados e Depósitos	Fundos de Invest.	Fundos Participações	Invest. Imobiliários	Empréstimos	Total	Total
Plano Energias do Brasil	-	119.046	-	-	2.675	121.721	95.710
Plano Escelsos I	-	177.491	-	790	390	178.671	176.317
Plano Escelsos II	88	537.484	29.042	2.204	2.817	571.635	547.163
Plano Assistencial	-	-	-	-	-	-	55
Plano PSAP* Mod.BD	-	412.622	8.059	-	-	420.681	385.326
Plano PSAP* Mod.CV	-	90.499	3.949	-	-	94.448	86.242
Plano PSAP* Mod.BSPS	-	469.333	21.420	1.910	6.135	498.798	471.203
Plano PSAP* Mod.Pecúlio	-	102	-	-	-	102	4
PGA Consolidado	-	6.379	-	-	-	6.379	5.154
Total	88	1.812.956	62.470	4.904	12.017	1.892.435	1.767.174

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

I. Segregação por Ativo e Plano

Plano de Benefícios	Créditos Privados e Depósitos		
	Debêntures - Vale S.A.	2019	2018
Plano Escelsos II	88	88	46
Total	88	88	46

Plano de Benefícios e PGA	Fundos de Investimentos				2019	2018
	Renda Fixa	Ações	Participações			
Plano Energias do Brasil	100.546	18.499	-		119.045	94.190
Plano Escelsos I	177.491	-	-		177.491	174.775
Plano Escelsos II	486.320	51.165	29.042		566.527	540.817
Plano Assistencial	-	-	-		-	55
Plano PSAP* Mod.BD	412.622	-	8.059		420.681	385.326
Plano PSAP* Mod.CV	83.257	7.242	3.949		94.448	86.242
Plano PSAP* Mod.BSPS	469.333	-	21.420		490.753	462.860
Plano PSAP* Mod.Pecúlio	102	-	-		102	4
PGA Consolidado	6.379	-	-		6.379	5.154
Total	1.736.050	76.906	62.470		1.875.426	1.749.423

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Renda Fixa										2019	2018
	Enerprev Cons. FIC FI RF	Enerprev ALM I	Capitania Index CP FI RF	Enerprev ALM II	Icatu V Enerprev FI RF	Enerprev ALM PSAP BD	GAP FI RF CP IMOB	Enerprev ALM PSAP CV	Enerprev ALM PSAP BSPS			
Plano Energias do Brasil	100.546	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.546	80.976
Plano Escelsos I	15.787	161.704	-	-	-	-	-	-	-	-	177.491	174.775
Plano Escelsos II	323.578	-	1.299	97.357	62.574	-	1.512	-	-	-	486.320	477.701
Plano Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55
Plano PSAP* Mod.BD	69.691	-	913	-	40.403	300.543	1.072	-	-	-	412.622	379.443
Plano PSAP* Mod.CV	37.110	-	206	-	17.550	-	240	28.151	-	-	83.257	77.813
Plano PSAP* Mod.BSPS	96.494	-	950	-	53.992	-	1.093	-	316.804	-	469.333	447.216
Plano PSAP* Mod.Pecúlio	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	4
PGA Consolidado	6.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.379	5.154
Total	649.687	161.704	3.369	97.357	174.520	300.543	3.916	28.151	316.804		1.736.050	1.643.136

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Ações	
	2019	2018
	Enerprev Cons. FIC FIA	Enerprev Cons. FIC FIA
Plano Energias do Brasil	18.499	13.214
Plano Escelsos II	51.165	41.895
Plano PSAP* Mod.CV	7.242	5.546
Total	76.906	60.655

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Participações	
	2019	2018
	Pátria INF III FIC FP e Hamilton Lane FICFIP	Pátria INF III FIC FP e Hamilton Lane FICFIP
Plano Escelsos II	29.042	21.221
Plano PSAP* Mod.BD	8.059	5.884
Plano PSAP* Mod.CV	3.949	2.884
Plano PSAP* Mod.BSPS	21.420	15.644
Total	62.470	45.632

Os fundos são administrados, conforme a seguir:

RENDA FIXA		
Fundo	Administrador	CNPJ
ENERPREV ALM I FUNDO PREV EXCLUSIVO IRF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM II FUNDO PREV EXCLUSIVO INV RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM PSAP BD FUNDO DE INVESTIMENTO RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM PSAP BSPS FUNDO DE INVESTIMENTO RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM PSAP CV FI RENDA FIXA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ICATU VANGUARD ENERPREV FI RF CP LONGO PRAZO	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
CAPITANIA INDEX CRÉDITO PRIVADO FIC FIRF	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A	02.201.501/0001-61
NOVERO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO	CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	02.671.743/0001-19
ENERPREV CONSOLIDADOR FIC FI RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00

PARTICIPAÇÕES		
Fundo	Administrador	CNPJ
HAMILTON LANE FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS FIP	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS S/A DTVM	59.281.253/0001-23

PARTICIPAÇÕES		
Fundo	Administrador	CNPJ
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA III FIQFIP	PATRIA INFRAESTR GEST DE RECUR LTDA	10.413.618/0001-37

RENDA VARIÁVEL		
Fundo	Administrador	CNPJ
ENERPREV CONSOLIDADOR FIC FIA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras dos Fundos de Investimentos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, e na B3 S.A Brasil Bolsa Balcão e Gerais (“B3”).

As cotas de Fundos de Investimentos estão custodiadas no Banco Bradesco S/A e em outras instituições financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

Plano Energias	Valor				
	Categoria		Vencimento	Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimento	119.045	-	119.045	119.045	94.190
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	100.546	-	100.546	100.546	80.976
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	100.546	-	100.546	100.546	80.976
Fdo. Investimento - Exclusivo RV	18.499	-	18.499	18.499	13.214
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽²⁾	18.499	-	18.499	18.499	13.214
Total	119.045	-	119.045	119.045	94.190

(1) Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

(2) Cotas de fundos de investimentos - fundos de investimento em renda variável exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas(FIC Consolidador RV exclusivo da Entidade).

Plano Escelsos I	Valor						
	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimento	23.774	153.717	21.680	56.474	99.337	177.491	174.775
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	23.774	153.717	21.680	56.474	99.337	177.491	174.775
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	15.787	-	15.787	-	-	15.787	10.265
Letras Financeiras	2.094	-	-	2.094	-	2.094	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	6.620
Notas do Tesouro Nacional – série B	-	153.717	-	54.380	99.337	153.717	151.485
Operações Compromissadas	5.899	-	5.899	-	-	5.899	6.409
Valores a pagar/receber/tesouraria	(6)	-	(6)	-	-	(6)	(5)
Total	23.774	153.717	21.680	56.474	99.337	177.491	174.775

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano Escelsos II	Valor							
	Categoria		Vencimento			Valor Contábil		
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2019	31/12/2018	
Créditos Privados e Depósitos	88	-	88	-	-	88	46	
Debêntures	88	-	88	-	-	88	46	
Fundos de Investimento	473.267	93.259	412.974	68.988	84.565	566.526	540.817	
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	390.250	93.259	329.957	68.988	84.565	483.509	468.953	
Certificado de Dep. Bancário – CDB	-	-	-	-	-	-	544	
Certificado de Recebível Imobiliário - CRI	-	-	-	-	-	-	1.846	
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	323.578	-	323.578	-	-	323.578	316.966	
Debêntures	41.515	-	-	24.159	17.356	41.515	37.186	
Letras Financeiras	12.803	-	-	12.395	408	12.803	8.268	
Letras Financeiras do Tesouro	1.438	-	-	1.438	-	1.438	8.255	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	568	
Notas do Tesouro Nacional – série B	4.538	93.259	-	30.996	66.801	97.797	90.766	
Operações Compromissadas	6.384	-	6.384	-	-	6.384	4.563	
Valores a pagar/receber/tesouraria	(5)	-	(5)	-	-	(5)	(8)	
Fdo. Investimento - Não Exclusivo (3)	31.853	-	31.853	-	-	31.853	29.968	
Renda Fixa	2.811	-	2.811	-	-	2.811	8.748	
Fundo de Participações - HL	13.520	-	13.520	-	-	13.520	9.797	
Fundo de Participações - Pátria	15.522	-	15.522	-	-	15.522	11.424	
Fdo. Investimento - Exclusivo RV	51.164	-	51.164	-	-	51.164	41.895	
Cotas de Fundos de Investimentos (2)	51.164	-	51.164	-	-	51.164	41.895	
Total	473.355	93.259	413.062	68.988	84.565	566.614	540.863	

(1) Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

(2) Cotas de fundos de investimentos - fundos de investimento em renda variável exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RV exclusivo da Entidade).

(3) Fundos não exclusivos – são fundos de investimentos, onde a entidade é um dos cotistas, ou seja, são fundos constituído para receber aplicações de diversos cotistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano Assistencial	Valor				
	Categoria		Vencimento	Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimento	-	-	-	-	55
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	-	-	-	-	55
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	-	-	-	-	55
Total	-	-	-	-	55

(1) Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade) em 2018;

(2) O Plano de Benefícios Escelsos Assistencial foi encerrado em Junho de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano PSAP Bandeirantes	Valor						
	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimento	472.770	533.214	268.859	258.470	478.655	1.005.984	934.433
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	427.626	533.214	223.715	258.470	478.655	960.840	890.549
Certificado de Dep. Bancário – CDB	-	-	-	-	-	-	974
Certificado de Recebível Imobiliário - CRI	-	-	-	-	-	-	3.303
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	203.397	-	203.397	-	-	203.397	165.504
Debêntures	74.270	-	-	43.220	31.050	74.270	66.527
Letras Financeiras	22.905	-	-	22.176	729	22.905	74.468
Letras Financeiras do Tesouro	54.626	-	-	54.626	-	54.626	7.697
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	1.015
Notas do Tesouro Nacional – série B	52.111	277.472	-	9.054	320.528	329.582	300.892
Notas do Tesouro Nacional – série C	-	255.742	-	129.394	126.348	255.742	239.793
Operações Compromissadas	20.343	-	20.343	-	-	20.343	30.422
Valores a pagar/receber/tesouraria	(25)	-	(25)	-	-	(25)	(45)
Fdo. Investimento - Não Exclusivo (3)	37.902	-	37.902	-	-	37.902	38.337
Renda Fixa	4.474	-	4.474	-	-	4.474	13.926
Fundo de Participações - HL	15.489	-	15.489	-	-	15.489	11.214
Fundo de Participações - Pátria	17.939	-	17.939	-	-	17.939	13.197
Fdo. Investimento - Exclusivo RV	7.242	-	7.242	-	-	7.242	5.546
Cotas de Fundos de Investimentos (2)	7.242	-	7.242	-	-	7.242	5.546
Total	472.770	533.214	268.859	258.470	478.655	1.005.984	934.433

(1) Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

(2) Cotas de fundos de investimentos - fundos de investimento em renda variável exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RV exclusivo da Entidade).

(3) Fundos não exclusivos – são fundos de investimentos, onde a entidade é um dos cotistas, ou seja, são fundos constituído para receber aplicações de diversos cotistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

PGA Consolidado	Valor				
	Categoria		Vencimento	Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimento	6.379	-	6.379	6.379	5.154
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	6.379	-	6.379	6.379	5.154
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	6.379	-	6.379	6.379	5.154
Total	6.379	-	6.379	6.379	5.154

(1) Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

Esclarecemos que as estratégias de investimentos adotadas pela ENERPREV para os planos de benefício Definido (Escelsos I e PSAP/Bandeirante) e de contribuição variável (Escelsos II – Perfil ALM) estão baseadas em estudos de ALM Asset Liability Management (gestão integrada de ativos e passivos), realizado em 2017, que consiste em encontrar a melhor combinação de ativos para maximizar a rentabilidade dentro do prazo de alocação dos ativos dos Planos de Benefícios PSAP/Bandeirante, Escelsos I e Escelsos II (Perfil ALM) a atingirem suas metas e assegurar a sustentabilidade dos compromissos assumidos quer em matéria de solvência e liquidez, diante das premissas atuariais estabelecidas.

c) Investimentos Imobiliários

Descrição	2019	2018
Terrenos	1.910	1.910
Locados a Terceiros	1.848	3.125
Custo	1.838	3.115
Aluguéis a Receber	10	10
Direitos em Alienação	1.146	1.120
Alienação a Receber	1.146	1.120
Total	4.904	6.155

A ENERPREV possui na conta contábil **“Alienação a Receber”**, treze instrumentos particulares de compromisso de compra e venda de imóveis firmados entre o período de fevereiro de 2010 e fevereiro de 2012. Em oito

compromissos de Compra e Venda não consta cláusula sobre a possibilidade de atualização monetária, nestes, apenas a possibilidade de aplicação de penalidades pelo não pagamento ou entrega da documentação. Em quatro compromissos de Compra e Venda consta cláusula de atualização monetária dos valores bem como penalidade pela falta de pagamento ou entrega de documentação.

Desta forma, em atendimento à legislação e às boas práticas de alocação contábil, atualizamos monetariamente o referido valor devido dos contratos sujeitos a correção, através de um indicador (2 contratos pelo INPC e 2 contratos pelo IPCA), para o reconhecimento dos efeitos do custo histórico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Imóvel	2018				
	Valor da Reavaliação	Resultado	Data do Laudo	Vida Útil	
Terreno - Gleba VI Guarapari (28.255,60) Rua M3 - K - Gleba 6, Bairro Meaipe - Guarapari - ES	2.720	1.910	(810)	22/11/2018	-
Totais	2.720	1.910	(810)		

Gleba VI, trata-se de um terreno recebido da Fundação CESP, e está em processo de venda.

A Senape – Serviço Nacional de Avaliações e Pericias realizou em 2018 a reavaliação do Terreno - Gleba VI Guarapari (28.255,60 m² - Rua M3 - K - Gleba 6, Bairro Meaipe - Guarapari - ES, pelo método comparativo de mercado e o resultado negativo líquido da reavaliação de R\$ 810 foi registrado em investimentos imobiliário no Resultado de Investimentos do referido exercício.

A Senape – Serviço Nacional de Avaliações e Pericias realizou em 2019 a reavaliação das salas comerciais e do quiosque, pelo método comparativo de mercado e o resultado negativo líquido da reavaliação de R\$ 1.219 foi registrado em investimentos imobiliários no Resultado de Investimentos do referido exercício.

Imóvel	2019				
	Valor da Reavaliação	Resultado	Data da Reavaliação	Vida Útil	
Área de Quiosque - Rua Aristóbulo barbosa Leão nº 500, Bairro Mota da Praia - vitória - ES	52	19	(33)	31/12/2019	49
Terreno - gleba VI Guarapari (28.255,60 m ² - Rua M3 - K - gleba 6, Bairro Meaipe - Guarapari - ES	2.720	2.720	-	31/12/2019	N/A
Sala Comercial Century Towers - 1101 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	241	145	(96)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1102 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1103 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1104 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1105 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1106 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	222	133	(89)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1108 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1109 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1110 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1111 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1112 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1113 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	241	144	(97)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1114 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1115 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1116 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1117 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
TOTAIS	5.780	4.561	(1.219)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

d) Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes dos Planos de Benefícios Energias do Brasil, Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante, de acordo com o regulamento de Concessão e Controle de Empréstimos são avaliadas ao valor da concessão, acrescido dos juros pactuados até a data das Demonstrações Contábeis. A partir de junho/2015, foi implementado novo regulamento de empréstimos unificando as regras para todos os planos. A composição das Operações com participantes está demonstrada abaixo:

Plano de Benefícios	Saldo Devedor	(PCLD)	2019	2018
Plano Energias do Brasil	2.674	-	2.674	1.519
Plano Escelsos I	421	(31)	390	427
Plano Escelsos II	2.895	(77)	2.818	3.171
Plano PSAP - Mod. BSPS	7.199	(1.064)	6.135	6.433
Total	13.189	(1.172)	12.017	11.550

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano de Benefícios	Benefícios a Pagar	Retenções a Recolher	Outras Exigibilidades	2019 Total	2018 Total
Plano Energias do Brasil	2	31	-	33	74
Plano Escelsos I	16	64	100	180	182
Plano Escelsos II	27	301	-	328	311
Plano Assistencial	-	-	-	-	55
Plano PSAP - Mod. BD	-	105	29	134	305
Plano PSAP - Mod. CV	-	51	-	51	91
Plano PSAP - Mod. BSPS	3	767	387	1.157	613
Total	48	1.319	516	1.883	1.631

Benefícios a pagar, referem-se a diferenças de benefícios não pagas dentro da sua competência e benefícios devolvidos em análise pela ENERPREV para respectiva reapresentação.

Retenções a recolher, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, referente a folha de benefícios de dezembro/2019 com a liquidação prevista para janeiro/2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Outras Exigibilidades, no plano Escelsos I refere-se ao Acordo Sinergia no cliente ENERPREV e no plano PSAP, modalidades BD e CV refere-se a recomposição de reserva de um participante.

b) Gestão Administrativa

	2019	2018
Plano de Benefícios	Total	Total
Contas a Pagar		
Folha de Pagamento	172	119
Provisões	1.136	1.143
Consultoria e Auditoria	1.665	1.286
Fornecedores	11	9
	2.984	2.557
Retenções a Recolher	114	100
Tributos a Recolher	48	48
Outros Exigibilidade	-	21
Total	3.146	2.726

Contas a pagar, referem-se as obrigações com as provisões sobre folha administrativa e serviços de terceiros de competência do exercício de 2019 com liquidação prevista para 2020.

Retenções a recolher, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, referente a

folha administrativa e sobre as notas fiscais de prestadores de serviços, bem como o PIS, Cofins e CSLL, com a liquidação prevista para 2020.

Tributos a Recolher, referem-se ao PIS e Cofins, referente a receita administrativa, com a liquidação prevista para 2020.

c) Gestão dos Investimentos

	2019		2018	
Plano de Benefícios	Empréstimos	Outras Exigibilidades	Total	Total
Plano Energias do Brasil	1	1	2	2
Plano Escelsos I	-	-	-	3
Plano Escelsos II	1	2	3	9
Plano PSAP - Mod. BD	-	-	-	75
Plano PSAP - Mod. CV	-	-	-	18
Plano PSAP - Mod. BSPS	1	12	13	6
PGA Consolidado	-	-	-	3
Total	3	15	18	116

Outras Exigibilidades, referem-se a valores referente a cobertura de despesas administrativas. ■

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

	2019		2018
Plano de Benefícios	Esfera Trabalhista/ Cíveis	Total	Total
Plano Escelsos I	639	639	574
Plano Escelsos II	1.158	1.158	896
Plano PSAP - Mod. BSPS	2.900	2.900	2.260
PGA Consolidado	231	231	-
Total	4.928	4.928	3.730

I. Esfera Trabalhista/ Cíveis

Plano de Benefícios	2018	Atualização/ Constituição	(Reversão)	2019
Plano Escelsos I	574	65	-	639
Plano Escelsos II	896	262	-	1.158
Plano PSAP - Mod. BSPS	2.260	640	-	2.900
PGA Consolidado	-	231	-	231
Total	3.730	1.198	-	4.928

O Plano de Benefícios Escelsos I possui 1 processo classificado com risco de perda possível na esfera trabalhista, no valor de R\$ 70 e não é provisionado em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 8 processos classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 639 (R\$ 574 em 2018).

O Plano de Benefícios Escelsos II possui 13 processos classificados como risco de perda possível, de natureza previdenciária, com valor total estimado de R\$ 1.001, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 12 processos classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 1.158 (R\$ 896 em 2018).

O Plano de Benefícios Escelsos II possui ainda 1 processo classificado como risco de perda possível, de natureza previdenciária, para o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixadas em 10% sobre o valor da causa, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis.

O Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante possui 12 processos classificados como risco de perda possível, de natureza previdenciária, com valor total estimado de R\$ 3.433, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 23 processos classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 2.900 (R\$ 2.260 em 2018).

O Plano de Gestão Administrativa – PGA refere-se a processo de cobrança da Receita Federal do Brasil referente a CDA nº 72 2 05 000078-67 onde a Receita Federal do Brasil questiona 23 débitos lançados indevidamente em DCTF pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS. ■

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares

do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. Provisões Matemáticas de Benefícios

Concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

– Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

III. Provisões matemáticas a constituir –

Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2019 e 2018 pode ser resumida como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2018	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2019
Benefícios Concedidos	1.150.390	119.700	1.270.090
Plano Energias do Brasil	1.825	1.971	3.796
Plano Escelsos I	124.956	(1.272)	123.684
Plano Escelsos II	297.353	36.912	334.265
Plano PSAP - Mod. BD	173.903	15.983	189.886
Plano PSAP - Mod. CV	50.360	11.038	61.398
Plano PSAP - Mod. BSPS	501.993	55.068	557.061
Benefícios a Conceder	465.725	22.604	488.329
Plano Energias do Brasil	90.334	23.278	113.612
Plano Escelsos II	181.507	(14.961)	166.546
Plano PSAP - Mod. BD	114.445	9.190	123.635
Plano PSAP - Mod. CV	44.187	3.847	48.034
Plano PSAP - Mod. BSPS	35.252	1.250	36.502
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(59.510)	(573)	(60.083)
(-) Déficit Equacionado	(59.510)	(573)	(60.083)
Plano PSAP - Mod. CV	(3.908)	(2.191)	(6.099)
Plano PSAP - Mod. BSPS	(55.602)	1.618	(53.984)
Total	1.556.605	141.731	1.698.336

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2019 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Plano	Taxa Real de Juros	Taxa de Crescimento real dos salários	Tábua de Mortabilidade Geral	Tábua de Mortabilidade de Invalídios	Tábua de Entrada em Invalidez	Fator Capacidade	Rotatividade	Modalidade
Escelsos I	4,70% a.a.	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	não aplica	0,98	Nula	BD
Escelsos II	4,70% a.a.	0,84% a.a.	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	TASA 1927	0,98	Tábua Experiência Esclesos II 2007-2016	CV
PSAP/ Bandeirante BD	4,61% a.a.	0,84% a.a.	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	BD
PSAP/ Bandeirante CV	5,50 % a.a.	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	CV
PSAP/ Bandeirante BSPS	5,02 % a.a.	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	BD

Os cálculos das provisões matemáticas de 2018 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Plano	Taxa Real de Juros	Taxa de Crescimento real dos salários	Tábua de Mortabilidade Geral	Tábua de Mortabilidade de Invalídios	Tábua de Entrada em Invalidez	Fator Capacidade	Rotatividade	Modalidade
Escelsos I	4,70% a.a.	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	não aplica	0,9741	Nula	BD
Escelsos II	4,70% a.a.	0,84% a.a.	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	TASA 1927	0,9741	Tábua Experiência Esclesos II 2007-2016	CV
PSAP/ Bandeirante BD	4,68% a.a.	0,84% a.a.	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,9741	Tábua Experiência 2012	BD
PSAP/ Bandeirante CV	5,50 % a.a.	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,9742	Tábua Experiência 2012	CV
PSAP/ Bandeirante BSPS	5,40 % a.a.	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,9742	Tábua Experiência 2012	BD

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

É dispensada a utilização de hipóteses demográficas e/ou biométricas para o Plano de Benefício Energias do Brasil, por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida, que não requer cálculo atuarial para apuração e mensuração de seus compromissos junto aos respectivos participantes e assistidos.

c) Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

Em função do Plano de Equacionamento em processo de aprovação, em relação ao déficit acumulado no final de 31/12/2018, o montante efetivamente equacionado de R\$ 6.099 (R\$ 3.908 em 2018) foi reduzido no Equilíbrio Técnico e provisionado em Provisão a Constituir de Déficit Equacionado.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

Em julho de 2016 foi proposto pela Patrocinadora um refinanciamento da dívida relativa à submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, para que a amortização do saldo devedor atualizado ocorresse durante o período máximo permitido pela legislação então em vigor.

Nos termos do item 10 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, o prazo máximo permitido é de uma vez e meia a duração do passivo do Plano de Benefícios. No caso, como a duração do passivo da submassa BSPS, apurada pelo atuário, era de 12,30 anos, o prazo máximo, em 31/12/2015, para a amortização da dívida, seria de 18,45 anos, ou 221 meses.

Diante disso, a ENERPREV propôs que o prazo para a amortização da dívida pela Patrocinadora fosse de 152 meses, para ficar alinhado com o prazo da concessão outorgada pelo Poder Público à Patrocinadora, tendo as partes formalizado aditivo ao contrato de dívida para refletir esse novo prazo de amortização.

Para fins da comprovação do atendimento às necessidades de fluxo de caixa, a que se refere o item 10.1 do anexo da citada Resolução, observou-se o fluxo financeiro no prazo mencionado, trazido a valor presente pela taxa de juros atuarial, comparando o valor obtido com o Patrimônio de Cobertura da submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, de modo que foi atestada a suficiência financeira de recursos no novo período de pagamento das parcelas.

Vale ressaltar que o cálculo considerou a amortização da dívida por meio do método “Tabela Price” ajustado a ambientes inflacionários. Ou seja, considerou-se a divisão da dívida em parcela iguais, sendo o saldo devedor atualizado, mês a mês, pela inflação do mês anterior e pela taxa de juros vigente.

Com isso, anualmente a parcela mensal será recalculada considerando o saldo e prazos remanescentes no momento do recálculo. Caso se venha a adotar método diverso deste, faz-se necessário um novo estudo para atestar a liquidez do plano.

Em 31/12/2017, em observância ao instrumento contratual de dívida da Patrocinadora relativo à referida parcela, o superávit verificado no exercício de 2017, no valor de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

R\$ 6.162, foi utilizado para abater a dívida, reduzindo o saldo devedor, de modo que as Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado foram registradas no montante de R\$ 54.895. O prazo remanescente para pagamento da dívida é de 128 meses, e o valor da parcela mensal válido para o ano de 2018 foi de R\$ 564 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

Em 31/12/2019, a parcela BSPS apresentou um Déficit Técnico de R\$ 36.639 (R\$ 224 em 2018). Em observância ao instrumento contratual de dívida da Patrocinadora relativo ao saldo devedor, o contrato somente será revisado, para reajustar o valor das parcelas vincendas, em caso de déficit acumulado de acordo a Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. Sendo assim, como o valor de Limite de Déficit Técnico Acumulado encontra-se acima do valor de Equilíbrio Técnico Ajustado, a ENERPREV não possui a obrigatoriedade de realizar o equacionamento de Déficit nos termos do contrato de dívida assumido pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios	SalDOS em 31/12/2017	Recebimento de Contribuições	Atualização/Repactuação	SalDOS em 31/12/2018
Plano PSAP - Submassa BSPS	(54.895)	6.769	(7.476)	(55.602)

Plano de Benefícios	SalDOS em 31/12/2018	Recebimento de Contribuições	Atualização/Repactuação	SalDOS em 31/12/2019
Plano PSAP - Submassa BSPS	(55.602)	7.384	(5.766)	(53.984)

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

Plano de Benefícios	SalDOS em 31/12/2018	Constituição/ (Reversão) Líquida	SalDOS em 31/12/2019
Resultados Realizados	165.475	(67.726)	97.749
Superávit Técnico Acumulado	165.475	(67.726)	97.749
Plano Escelsos I	41.672	(13.673)	27.999
Plano Escelsos II	35.808	(21.705)	14.103
Plano PSAP Bandeirante	87.995	(32.348)	55.647
Total	165.475	(67.726)	97.749

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios Escelsos I

O resultado superavitário do Plano de Benefícios Escelsos I, em 2019, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da manutenção daquele observado na Avaliação Atuarial de 2018. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

O limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 29/2018 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano de Benefícios Escelsos I, posicionada em 31 de dezembro de 2019, de 8,21 anos (8,40 anos em 2018). Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2019, é de 18,21% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 22.523 (R\$ 22.922 em 2018) alocado na Reserva de Contingência e R\$ 5.476 (R\$ 18.680 em 2018) na Reserva Especial para Revisão do Plano, totalizando R\$ 27.999 (R\$ 41.672 em 2018).

Plano de Benefícios Escelsos II

O resultado superavitário do Plano de Benefícios Escelsos II, em 2019, apresenta características conjunturais, sofrendo redução em relação ao resultado apurado em 31/12/2018 devido ao processo de destinação do superávit, no montante total da Reserva Especial apurado em 31/12/2018, em favor do Fundo de Utilização do Superávit 2018.

O limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano de Benefícios Escelsos II, posicionada em 31 de dezembro de 2019, de 9,75 anos (9,79 anos em 2018). Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2019, é de 19,75% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 11.649 (R\$11.279 em 2018), alocado na Reserva de Contingência e R\$ 2.454 (R\$ 24.529 em 2018) na Reserva Especial para Revisão do Plano, totalizando R\$ 14.103. Em função da destinação da Reserva Especial de 2018, mantida no triênio de 2016 a 2018, observa-se a constituição de Reserva Especial pela primeira vez neste exercício, não havendo obrigatoriedade de destinação até o final de 2020.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante

O resultado superavitário do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, em 2019, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Do superávit apurado em 31/12/2019, o montante de R\$ 55.647 (R\$ 87.995 em 2018) foi alocado integralmente em Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018.

A redução do resultado superavitário justifica-se, principalmente, pela redução da taxa de juros das submassas BPS e BD de 5,40% a.a. para 5,02% a.a. e de 4,68% a.a. para 4,61% a.a. respectivamente, em conjunto com o não atingimento da meta atuarial para as 3 submassas, atenuado pelo equacionamento do déficit mínimo da parcela CV do Plano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

A submassa BSPS apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2019 de R\$ 36.639 (R\$ 224 em 2018).

Em face do instrumento contratual de dívida da Patrocinadora, relativamente ao equacionamento de déficit oriundos da submassa BSPS do Plano, não houve equacionamento com incorporação ao saldo devedor da dívida em 2019, uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado apresentado foi positivo.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

A submassa BD apresentou um superávit Técnico Acumulado em 31/12/2019 de R\$ 107.042 (R\$ 97.810 em 2018).

Cumprido destacar, que em 2019 a submassa BD do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante apresentou resultado superavitário de R\$107.042, registrando reserva especial pelo quarto ano consecutivo, não passível de destinação, conforme posicionamento da PREVIC. Cumpre esclarecer que, conforme

parecer atuarial de encerramento do exercício anterior (2018), a Parcela BD do Plano encerrou aquele exercício com reserva especial pelo terceiro ano consecutivo sendo obrigatória a destinação até o encerramento de 2019, ressalvado eventual entendimento contrário do órgão de fiscalização. Durante o exercício de 2019 a Enerprev realizou consulta formal à PREVIC (Processo nº 44011.003761/2019-88) sobre a viabilidade de realização da referida destinação de superávit sob a ótica da legislação vigente e a resposta do órgão de fiscalização foi de que não há que se falar em reserva especial para a submassa e, portanto, somente será possível destinar superávit para submassa quando constituída a reserva especial no âmbito do resultado consolidado do plano de benefícios. Portanto, considerando que o resultado consolidado do Plano PSAP/Bandeirante apresenta resultado superavitário sem formação de reserva especial, não foi possível realizar a destinação da Parcela BD.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

A submassa CV apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2019 de R\$ 14.756 de (R\$ 9.591 em 2018).

Em que pese o resultado do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio ser deficitário, recomenda-se a avaliação de implantação de um plano de equacionamento para a submassa CV.

Em conformidade com os ditames da Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018, com redação dada pela Instrução Previc 10/18, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas, ou valor mínimo de 1% das provisões em Benefício Definido.

Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2019 foi de 11,73 anos (11,96 anos em 2018), o limite do déficit acumulado para o grupo de custeio em 2019 é de 7,73% (7,96% em 2018) das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou R\$ 4.167 (R\$ 3.634 em 2018).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Assim sendo, entendemos à luz da Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018 que deverá ser avaliado o equacionamento do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, até o final do exercício de 2020, considerando, no mínimo, o déficit que excedeu o limite de 7,73% das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, R\$ 6.713.

b) Equilíbrio Técnico Ajustado – Ajuste de Precificação

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018 e observando os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos planos foi o seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios Escelsos I

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/2018, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela ENERPREV montava R\$ 10.910 (R\$ 10.495 em 2018) positivo, em 31 de dezembro de 2019, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 38.910 (R\$ 52.167 em 2018). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014678	BRSTNCNTB3A0	NTN-B	0,06	15/08/20	1	0,062895	6654
014678	BRSTNCNTB4T8	NTN-B	0,06	15/05/21	1	0,063767	209
014678	BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0,06	15/08/22	1	0,063491	65
014678	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,060997	9359
014678	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,060998	5775
014678	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,067400	1808
014678	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,067700	1506
014678	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,058598	4365
014678	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,067610	2419
014678	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,067900	2014
014678	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	3398
014678	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,068000	1066
014678	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,068300	887
014678	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,068500	1200
014678	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,068500	396
014678	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,068200	1918
014678	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,056898	1041
014678	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,068700	1455
014678	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,068300	1747

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
113.411	124.321	10.910

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios Escelsos II

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/2018, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela ENERPREV montava R\$ 4.977 (R\$ 4.774 em 2018) positivo, em 31 de dezembro de 2019, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 19.080 (R\$ 40.582 em 2018). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014679	BRSTNCNTB3A0	NTN-B	0,06	15/08/20	1	0,062895	1766
014679	BRSTNCNTB409	NTN-B	0,06	15/05/23	1	0,063491	444
014679	BRSTNCNTB409	NTN-B	0,06	15/05/23	1	0,065960	577
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,060997	3664
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,063792	559
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,078040	217
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,064960	1121
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,076217	359
014679	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,060998	2716
014679	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,065494	452
014679	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,063271	1223
014679	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,058598	2584
014679	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,065795	401
014679	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,075477	652
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	2200
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,076521	639
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,064277	1795
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	632
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	200
014679	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,076320	1741
014679	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,066296	1200
014679	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,056898	3386

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
37.427	42.404	4.977

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

A submassa BD apresentou um Superávit Técnico Acumulado em 31/12/2019 de R\$107.042 (R\$ 97.810 em 2018). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$10.022 positivo, em 31/12/2019, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$117.064 superavitário. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014680	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/2024	1	0,064960	27
014680	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/2024	1	0,063461	286
014680	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,063024	93
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	13
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	67
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	12
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	44
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	258
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	3082
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	26
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	1504
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	207
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,046215	4300
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	46
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	87
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	3
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	71
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	104
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	20
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	127
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	27
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,044816	8600
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,042018	9163
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	25
014680	BRSTNCNTB4Q4	NTN-B	0,06	15/05/2055	1	0,064579	4850
014680	BRSTNCNTB4Q4	NTN-B	0,06	15/05/2055	1	0,064679	1000

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014680	BRSTNCNTCOK4	NTN-C	0,12	01/01/2031	1	0,067370	8586
014680	BRSTNCNTCOMO	NTN-C	0,06	01/04/2021	1	0,067227	13673

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
244.414	254.436	10.022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

A submassa BSPS apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2019 de R\$36.639 (R\$ 224 em 2018). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 13.893 (R\$ 6.311 em 2018) positivo, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 22.746 (R\$ 6.087 positivo em 2018).

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014681	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/2045	1	0,075671	776
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075477	348
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075377	1500
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075477	3700
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075482	552
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,064374	4837
014681	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/2040	1	0,064277	5161
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	117
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,044816	11400
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,042018	837
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	1109
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,046215	5700
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	156

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014681	BRSTNCNTCOK4	NTN-C	0,12	01/01/2031	1	0,067370	10565
014681	BRSTNCNTCOM0	NTN-C	0,06	01/04/2021	1	0,067227	16823

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
264.564	278.457	13.893

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

A submassa CV apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2019 de R\$14.756 (R\$ 9.591 em 2018). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$3.876 (R\$ 3.839 em 2018) positivo, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$10.880 (R\$ 5.752 em 2018).

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014682	BRSTNCNTBOA6	NTN-B	0,06	15/05/2045	1	0,075671	1736
014682	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,075269	1809

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014682	BRSTNCNTCOK4	NTN-C	0,12	01/01/2031	1	0,067370	1972
014682	BRSTNCNTCOMO	NTN-C	0,06	01/04/2021	1	0,067227	641

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
24.237	28.113	3.876

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

NOTA 11 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial - Constituído, mantido e destinado nas formas previstas no Regulamento ou Nota Técnica Atuarial dos Planos, guardam relação com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Podem ser de três tipos, segundo planificação contábil: Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar; Revisão de Plano; ou Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

b) Fundos Administrativos - Corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos, acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas.

c) Fundos dos Investimentos - Representa a Garantia de Empréstimos para cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários com empréstimos, concedidos aos participantes da Entidade inscritos nos Planos de Benefícios Energias do Brasil, Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante.

Evolução dos fundos

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2018	Constituição/(Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2019
Fundos Previdenciais	50.781	42.973	93.754
Plano Energias do Brasil	3.598	805	4.403
Plano Escelsos I	9.666	17.350	27.016
Plano Escelsos II	31.971	24.395	56.366
Plano PSAP - Mod. CV	5.449	406	5.855
Plano PSAP - Mod. Pecúlio	97	17	114
Fundos Administrativos	2.518	554	3.072
Plano Energias do Brasil	1.320	425	1.745
Plano Escelsos I	391	(74)	317
Plano Escelsos II	507	(126)	381
Plano PSAP - Mod. BSPTS	300	329	629
Fundos de Investimentos	906	118	1.024
Plano Energias do Brasil	6	8	14
Plano Escelsos I	164	20	184
Plano Escelsos II	669	55	724
Plano PSAP - Mod. BSPTS	67	35	102
Total	54.205	43.645	97.850

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

Plano de Benefícios Energia do Brasil

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2019, o valor de R\$ 4.403 (R\$ 3.598 em 2018), encontra-se alocado no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

Plano de Benefícios Escelsos I

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2019, no montante de R\$ 27.016 (R\$ 9.666 em 2018), encontra-se alocado no Fundo de Revisão do Plano, para fins de destinação e utilização facultativa do superávit. Do montante, R\$ 8.336 correspondem ao saldo remanescente da destinação e utilização do superávit de 2018, sendo R\$ 7.744, destinado ao patrocinador e R\$ 592 aos participantes e assistidos. No encerramento do exercício de 2018 foi realizada nova destinação obrigatória de superávit, correspondente ao saldo integral da reserva especial registrada em 31/12/2018, resultando na constituição do Fundo de Revisão de Plano 2018, no montante de R\$ 18.680, sendo R\$ 12.454 do patrocinador e

R\$ 6.226 de participantes e assistidos. A utilização do referido Fundo será realizada na forma da legislação aplicável e conforme definido pelo Conselho Deliberativo.

Plano de Benefícios Escelsos II

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2019, o valor de R\$ 521 (R\$ 382 em 2018), encontra-se alocado no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

O Fundo de Revisão de Plano, composto por recursos oriundos das Reservas Especiais apuradas nos exercícios de 2011, 2015 e 2018, totalizava, em 31/12/2019, o montante de R\$ 43.123 (R\$ 20.063 em 2018), destinado à suspensão das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras e ao pagamento do Benefício Eventual Temporário, conforme disposto no regulamento do Plano e nos estudos realizados quando da definição da destinação, composto da seguinte forma:

- O Fundo de Revisão de Plano – Utilização do Superávit 2011 possui em 31/12/2019

o montante de R\$ 16.974 (R\$ 18.542 em 2018), sendo R\$ 15.991 (R\$ 17.084 em 2018) destinados às Patrocinadoras e R\$ 209 (R\$ 196 em 2018) destinados aos Participantes e Assistidos.

- O Fundo de Revisão de Plano – Utilização do Superávit 2015 possui em 31/12/2019 o montante de R\$ 1.513 (R\$ 1.421 em 2018), sendo R\$ 1.306 (R\$ 1.227 em 2018) destinados às Patrocinadoras e R\$ 207 (R\$ 194 em 2018) destinados aos Participantes e Assistidos.

- O Fundo de Revisão de Plano – Utilização do Superávit 2018 possui em 31/12/2019 o montante de R\$ 24.530, sendo R\$ 6.960 destinados às Patrocinadoras e R\$ 17.570 destinados aos Participantes e Assistidos.

- O Fundo de Revisão de Plano – Recomposição da Reserva de Contingência possui, em 31/12/2019, o montante de R\$ 106 (R\$ 100 em 2018), cujo objetivo é de recompor a reserva de contingência, visando à manutenção do processo de distribuição de superávit, caso a referida conta contábil alcance patamar inferior ao máximo.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos destina-se à cobertura dos Benefícios de Risco, especificamente a parcela em Benefício Definido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante. Em 31/12/2019, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco montava R\$ 12.722 (R\$ 11.526 em 2018).

Plano PSAP/Bandeirante - submassa CV

Na Avaliação Atuarial de 2019, o Plano PSAP/Bandeirante possui o Fundo para Oscilações de Parâmetros Atuariais - FOPA, constituído originalmente por valor apurado em estudo atuarial específico e, a partir daí, acrescido de sobras de contribuição da Patrocinadora na forma prevista em regulamento. Referido Fundo destina-se a cobertura de eventuais oscilações dos parâmetros atuariais, em especial, para fazer frente à garantia, segundo regras regulamentares, de concessões de benefícios com premissas atuariais distintas das vigentes na data de concessão.

Em relação à destinação do FOPA para cobertura de garantias regulamentares, em 31 de agosto de 2019, data base desta Avaliação Atuarial, tais obrigações foram avaliadas em R\$ 347 (R\$ 559 em 2018), o que demonstrou a suficiência do fundo para cobertura do risco a que se destina. Em 31/12/2019, referido Fundo montava R\$5.855 (R\$ 5.449 em 2018). ■

NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas da ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, participantes, patrocinadoras, administradores compostos pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social.

Os participantes ingressam na entidade através do Termo de Adesão e tem seus direitos e obrigações definidos pelos regulamentos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

Os vínculos das patrocinadoras abaixo relacionadas, com a ENERPREV, são oficializados através do Convênio de Adesão celebrado entre entidade e as empresas patrocinadoras, e obedecem às regras estabelecidas nos regulamentos dos planos de benefícios.

- EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A
- EDP - Energias do Brasil S.A.
- Instituto EDP Energias do Brasil
- Lajeado Energia S.A.
- ECE Participações S.A.
- EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.
- Energest S.A.
- EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.
- EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
- ENERPREV Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
- Enerpeixe S.A.
- EDP Renováveis Brasil S.A.
- Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.
- Investco S.A.
- Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
- EDP - Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.
- Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.
- EDP - Comercialização Varejista Ltda.
- EDP - Soluções em Energias S.A.
- Empresa de Energia São Manoel S.A.
- EDP Transmissão S.A. ■

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

NOTA 13 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A consolidação segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e representa os saldos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA”, sempre que aplicável.

Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos em 31 de dezembro de 2019, os seguintes lançamentos de consolidação conforme quadro abaixo.

Ativo	
Realizável	
Gestão Previdencial	
Outros Realizáveis	526
Gestão Administrativa	
Participação no Plano de Gestão Administrativa	3.072
	3.598
Passivo	
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	
Outros Exigibilidades	320
Gestão Administrativa	
Outras Exigibilidades	206
Participação no Fundo Administrativo do PGA	3.072
Patrimônio Social	
Superávit Técnico Acumulado	51.395
Déficit Técnico Acumulado	(51.395)
	3.598

NOTA 14 – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

Descrição	2019	2018
Pessoal e Encargos	6.164	6.112
Conselho	127	159
Dirigente	1.432	1.501
Pessoal Próprio	4.588	4.425
Estagiários	17	27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM MILHARES DE REAIS

NOTA 15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Critérios Orçamentários para 2019

Em 2015 os critérios do Orçamento Geral da ENERPREV foram alterados para adequação dos modelos utilizados no segmento de Fundos de Pensão. Para 2019 e 2018 os critérios permaneceram os mesmos, sendo que a distribuição da contabilidade de despesas comuns entre despesas administrativas previdenciais e despesas administrativas de investimentos, resultam na proporção aproximadamente de 65% e 35% respectivamente.

b) Estratégia Previdencial Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante

Cumpramos ressaltar que a Enerprev protocolou em 2018 na PREVIC o processo de estratégia previdencial (Processo nº 44011.006624/2018-14), com possibilidade de migração entre planos e criação de plano saldado, processo esse que se encontrava em fase de aprovação pelo órgão de fiscalização e que não impacta os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019. Relevante destacar que a aprovação pela PREVIC ocorreu

em fevereiro/2020, por meio do Parecer nº 76/2020/CTR/CGTR/DILIC, com efeitos a partir de maio/2020, portanto, considerando a previsão de que a estratégia se conclua ainda no decorrer do exercício de 2020, será necessário processamento de avaliação atuarial especial na data efetiva da operação a fim de apurar os resultados decorrentes da estratégia. ■

NOTA 16 – EVENTO SUBSEQUENTE

Desde janeiro de 2020, com a escalada do novo coronavírus (covid19) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS) os mercados financeiros globais tem apresentado deterioração, principalmente, nos ativos financeiros. Os esforços para desacelerar o crescimento do vírus mostram-se efetivos na China continental até o momento, sendo que os demais países têm adotado medidas similares, como fechamento aeroportos, fábricas, shopping centers, escolas e, inclusive, fronteiras. Poderá levar tempo para que as medidas tomadas ao redor do mundo consigam estabilizar a curva de crescimento de novos casos de contaminação do covid19. Os reais impactos na economia real ainda são incertos e de difícil mensuração e também dependerão

da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados dos Bancos Centrais para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados. A governança da Enerprev monitora a situação atentamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras vem apresentando substancial desvalorização no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pela Enerprev. ■

MARISE THEODORO DA SILVA GASPARINI
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 652.467.727-72

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

PARECER DO AUDITOR

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar – Torre A

04711-904 - São Paulo/SP – Brasil

Caixa Postal 79518 – CEP 04707-970 – São Paulo/SP – Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Carta dos auditores independentes sobre a não observação de deficiências nos controles internos

Aos Administradores e Conselheiros Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
São Paulo – SP

Prezados senhores,

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios da Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil (“Entidade”) em 31 de dezembro de 2019, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios em 30 de março de 2020, sem ressalvas.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e informações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno da Entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51).

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Entidade.

A administração da Entidade é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

A definição de “Controle interno”, no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos da Entidade. Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 30 de março de 2020; não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Entidade e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

No contexto acima descrito, informamos que os nossos procedimentos de auditoria não identificaram deficiências ou ineficácias de controles a serem reportadas a V. Sas. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na administração da Entidade, inclusive demandas regulatórias tais como o preenchimento do Formulário de Referência, V. Sas. devem observar que podem existir deficiências ou ineficácias nos controles internos, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e para atendimento aos requisitos das normas existentes emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e não foi preparado para ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da organização.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

São Paulo, 30 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0 ■

EXTRATO DA ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

DATA: 20.03.2020

HORÁRIO: 10:00 horas

LOCAL: Rua Gomes de Carvalho,
nº 1996, 7º andar, sala 7.1,
Vila Olímpia, São Paulo/SP

PRESENTES:

- Sr. André Luis Nunes de Mello Almeida – Conselheiro Fiscal
- Sr. Geraldo de Assis Souza Júnior – Conselheiro Fiscal
- Sr. Israel de Moraes – Conselheiro Fiscal

CONVIDADOS: Sra. Marise Theodoro Gasparini – Diretora Presidente, Srs. Anderson Guimarães – Diretor Financeiro e de Segurança; Marcelo de Oliveira Figueiredo, Leandro Rigamonte, Rodrigo Prado – representante da JCM Consultores, Frederico Vieira – representante da Consultoria Mercer, Wilson Ishiba – representante da KPMG.

MESA: Sr. André Luis Nunes de Mello Almeida e Sra. Miriam Cristina Carolino, que atuaram na qualidade de Presidente e Secretária dos trabalhos, respectivamente.

DELIBERAÇÕES: Dentre outros assuntos de interesse social, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberaram o quanto segue:

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 – Tomaram conhecimento das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019. O contador da Entidade, Sr. Rodrigo Silva, apresentou os principais pontos referentes às peças contábeis apresentadas. Após discussão e prestados os devidos esclarecimentos, os membros do Conselho Fiscal recomendaram a aprovação das Demonstrações Contábeis da Entidade pelo Conselho Deliberativo.

Neste sentido, o colegiado emitiu o respectivo Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2019, que será assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal e encaminhado para o Conselho Deliberativo da Entidade, nos termos da minuta que fica anexa à presente ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo quaisquer outras manifestações, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. Conselheiros: Srs. André Luis Nunes de Mello Almeida, Geraldo de Assis Souza Júnior e Israel de Moraes.

Miriam Cristina Carolino
Secretária da Mesa

EXTRATO DA ATA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA: 30.03.2020

HORÁRIO: 14:00 horas

LOCAL: Na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 9º andar, Bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-006

PRESENTES:

Os Conselheiros Deliberativos Srs. (Sras.) Carlos Emanuel Baptista, Fernanda Nascimento Pires Carsughi, Sérgio Tadeu Nabas, Nélia Maria de Campos Pozzi, Edson Wilson Bernardes França, Julio Galvão de Araújo Junior.

MESA: Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade e Sra. Miriam Cristina Carolino, que atuaram na qualidade de Presidente e Secretária dos trabalhos, respectivamente.

DELIBERAÇÕES: Dentre outros assuntos de interesse social, os membros do Conselho Deliberativo deliberaram o quanto segue:

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Referentes a 31/12/2019 – Os membros do Conselho Deliberativo, considerando o Parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Entidade em 20/03/2020 e o resultado dos trabalhos do auditor independente KPMG Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria não apontou qualquer tipo de qualificação ou ressalva, bem como o relatório de controles internos não trará qualquer apontamento, acataram a recomendação da Diretoria Executiva e aprovaram as Demonstrações Contábeis da Enerprev referentes ao exercício social findo em 31/12/2019, por entenderem que refletem a situação econômico-financeira da Entidade de acordo com a legislação em vigor, nos termos do material arquivado na sede da Enerprev.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Mesa, por mim, na condição de Secretária, e por todos os Conselheiros presentes.

Miriam Cristina Carolino
Secretária da Mesa

PARECER ATUARIAL DEZ. 2019



PLANO ESCELSOS I ENERPREV

CNPB 1988.0009-47

Plano de Benefícios Escelsos I

19 DE FEVEREIRO DE 2020

PA 023/2020

Fevereiro, 2020

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios Escelsos I**, administrado e executado pela **Enerprev** – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)**, pela **Energest S.A.** e pela própria **Enerprev**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **Escelsos I** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1988.0009-47** e encontra-se fechado para novas adesões. O Plano oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019 na data base de **31/12/2019**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria PREVIC/DITEC nº 512, de 16 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2017, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, posicionadas em **31/08/2019**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2019**, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano, sendo este denominado de “**PLANO 1**”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum outro fato relevante, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, sendo que consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO 1

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do **Escelsos I** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo **método de financiamento Crédito Unitário Projetado**.

Comparativamente aos resultados apresentados na Avaliação Atuarial de 2018, o custo do Plano, manteve-se em 0,00% da folha de Salários de Participação.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Escelsos I**, existentes em **31/12/2019**, foram determinadas atuarialmente e montavam **R\$123.684.407,00**, sendo **R\$88.848.706,00** referentes aos benefícios programados e **R\$34.835.701,00** referentes aos **benefícios não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

O Plano não possui **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** na data base da Avaliação Atuarial.

O Plano não possui dívidas contratadas e nem Provisões Matemáticas a Constituir - PMAc na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2019, **R\$123.684.407,00**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2018, houve uma redução das Provisões Matemáticas do Plano de **1,02%**, tendo sido registrado o montante de **R\$124.955.850,00** em 31/12/2018. A redução das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, pela involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (envelhecimento da população e encerramento de benefícios concedidos).

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para o **Escelsos I**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer 72 - RE 046/19**, observando, assim os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.1.5 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpra-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.1.6 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O montante de **R\$27.016.259,78**, posicionado em 31/12/2019, encontra-se alocado no Fundo de Revisão do Plano, para fins de destinação e utilização do superávit. Do montante, R\$ 8.336.005,81 correspondem ao saldo remanescente da destinação e utilização de superávit anterior, sendo R\$ 7.743.557,72 destinado ao patrocinador e R\$ 592.448,10 aos participantes e assistidos.

No encerramento do exercício de 2018 foi realizada nova destinação obrigatória de superávit, correspondente ao saldo integral da reserva especial registrada em 31/12/2018, resultando na constituição do Fundo de Revisão de Plano 2018, no montante de R\$ 18.680.253,97, sendo R\$ 12.454.125,32 do patrocinador e R\$ 6.226.128,65 de participantes e assistidos. A utilização do referido fundo será realizada na forma da legislação aplicável e conforme definido pela Conselho Deliberativo.

2.1.7 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$123.684.407,00**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2019, no montante de **R\$151.684.036,87**, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial, de **R\$27.999.629,87**, em 31/12/2019.

No exercício de 2019 a rentabilidade do Plano foi de **9,32%**, enquanto a meta atuarial, composta pela taxa de juros de **4,70%** acrescida do INPC de 4,48%, totalizou **9,39%** no mesmo período, gerando uma **perda atuarial de 0,07%**.

O superávit do Plano reduziu de **R\$41.672.130,37** em 31/12/2018, para **R\$27.999.629,87**, em 31/12/2019, representando uma diminuição de **32,81%**, ou **R\$13.672.500,50**. Considerando que não houve ganho ou perda atuarial marginalmente, bem como alteração de premissas significativas, a diminuição

do resultado superavitário justifica-se primordialmente pela destinação do superávit acumulado em 2018, atenuado por variações da massa de participantes.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/18, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela **Enerprev** montava **R\$10.910.528,24** positivo, em 31 de dezembro de 2019, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$38.910.158,11**. Cumpra esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

2.1.8 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da manutenção daquele observado na Avaliação Atuarial 2018. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Cumprido ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CNPC nº 30/18 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do **Escelsos I**, posicionada em 31 de dezembro de 2019, de **8,21** anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2019, é de 18,21% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou **R\$22.522.930,51** alocado na Reserva de Contingência e **R\$5.476.699,36** na Reserva Especial para Revisão do Plano.

2.1.9 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.1.10 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme a Resolução CNPC nº 30/2018 e alterações.

2.1.11 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano **Escelsos I** foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório **Mercer 72 – RE 046/19**;

2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procedeu-se a seguinte alteração:

a. Fator de Capacidade: **0,98** em substituição a **0,9741**

3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2019**, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2019;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela ENERPREV, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;

5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2019, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;

6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$27.518.282,43**, sendo **R\$27.016.259,79** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$317.412,88** referentes à **Fundo Administrativo** e **R\$184.609,76** referentes a **Fundos dos Investimentos**;

7) Conforme Regulamento do Plano, os Assistidos devem realizar contribuição de 10% sobre seus benefícios de aposentadoria. Entretanto, o Fundo de Revisão do Plano suportará as contribuições dos Assistidos enquanto houver recursos que se refiram aos Assistidos neste Fundo;

8) Os Pensionistas fruirão do Benefício Eventual Temporário - BET, por meio de utilização da parcela do Fundo de Revisão do Plano referente aos Pensionistas.

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de **1º de janeiro de 2020**, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme tabela a seguir:

PLANO DE CUSTEIO		
	FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA (%)
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	Até 1/2 Teto RGPS	0,00%
	De 1/2 a 1 Teto RGPS	0,00%
	Acima de 1 Teto RGPS	0,00%
	Contribuição Administrativa	0,00%
PATROCINADORES	Igual ao dobro da contribuição do participante limitada a 7% da Folha Salarial.	
	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	Estimada para 2020 conforme orçamento da Entidade, em R\$936.233,10, referente ao Custeio Administrativo Previdencial. (2)
AUTOPATROCINADOS	Contribuição Normal	Idêntica à do Participante acrescida a parcela da Patrocinadora
	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	0,00%
BPD	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	0,00%
ASSISTIDOS ⁽³⁾	10% sobre o benefício	

(1) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(2) Conforme previsto no art. 52, § 4º do regulamento do Plano, no caso de Superávit Técnico, com formação de Reserva Especial destinada ao Fundo Previdencial de Revisão do Plano – Parcela Patrocinadora, o valor desse fundo poderá ser utilizado para redução das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas do Plano.

Desse modo, conforme decisão da Entidade, as despesas administrativas da patrocinadora Escelsa previstas neste Plano de Custeio serão inteiramente custeadas a partir da utilização de recursos advindos do referido fundo.

(3) Contribuições suspensas desde novembro/16, pela utilização do Fundo de Revisão do Plano devido ao processo de destinação de superávit. A continuidade da suspensão dependerá da existência de saldo nos fundos previdenciais de revisão de Plano, acompanhados individualmente.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios – **Escelsos I**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 31 de dezembro de 2019, é **superavitária** em **R\$27.999.629,87**, sendo alocados **R\$22.522.930,51** na Reserva de Contingência e **R\$5.476.699,36** na Reserva Especial para Revisão do Plano. Cumpre-nos informar que se trata do 1º ano de apuração de reserva especial, considerando que o montante total da reserva especial 2018 foi destinado em sua integralidade para o Fundo de Revisão de Plano 2018, sendo que durante o exercício de 2020, não há obrigatoriedade da destinação do valor de reserva especial apurado neste ano.

Este é o Parecer.

Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Daniel Cruz Magalhães

Atuário – MIBA
nº 2.795

Frederico Schulz

Diniz Vieira
Atuário – MIBA
nº 2.017



PLANO ESCELSOS II ENERPREV

CNPB 1998.0022-92

Plano de Benefícios Escelsos II

19 DE FEVEREIRO DE 2020

PA 024/2020

Fevereiro, 2020

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e suas alterações, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano **Escelsos II**, administrado e executado pela **Enerprev** - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)**, pela **Energest S.A.** e pela própria Enerprev, não solidárias entre si, em face da Avaliação Atuarial anual do **exercício de 2019**, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **Escelsos II** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº **1998.0022-92** e encontra-se fechado para novas adesões, possuindo benefícios em forma de renda vitalícia, reajustados pelo índice do Plano (INPC), com características de Contribuição Definida (CD) na sua fase de captação e de Benefício Definido (BD) quando da sua concessão, caracterizando-se, portanto, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um Plano de Benefícios da modalidade de Contribuição Variável (CV).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, posicionada em **31/12/2019**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 46, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 2016, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de **31/08/2019**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de 31/12/2019.

Ressalta-se que, para o Plano **Escelsos II**, observa-se a existência de **três Grupos de Custeio**, uma vez que **não há solidariedade entre as Patrocinadoras**.

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum outro fato relevante, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ESCELSA

2.2 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2019.

Com relação ao **Grupo de Custeio - Escelsa**, o custo médio total do Plano, em **31/12/2019**, foi de **16,21%**, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução no custo médio total do Plano, o qual, em 2018, registrou a alíquota de **18,36%** relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

2.3 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2019, as **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC do Grupo de Custeio - Escelsa** foram avaliadas em **R\$323.905.716,26**, sendo **R\$264.923.702,26** referentes aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), e **R\$58.982.014,00** referentes aos benefícios de renda vitalícia reajustada pelo índice do Plano, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), dos quais **R\$45.485.314,00** referem-se a benefícios **programados** e **R\$13.496.700,00** a benefícios **não programados**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$158.694.752,38**, sendo este valor integralmente referente aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O **Grupo de Custeio - Escelsa**, não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir - PMAc** na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava **R\$482.600.468,64**, em 31/12/2019.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2018, posicionada em 31/12/2018, houve um aumento das Provisões Matemáticas do **Grupo de Custeio - Escelsa** de **4,57%**, tendo sido registrado o montante de **R\$461.504.982,08** em **31/12/2018**. O aumento deveu-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2019 e o ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio - Escelsa**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas**, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais internacionalmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **MERCER 72 - RE 046/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº30/2018 e suas alterações.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio - Escelsa** não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ENERPREV

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2019.

Com relação ao **Grupo de Custeio - Enerprev**, o custo médio total do Plano, em **31/12/2019**, foi de **2,00%**, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve redução no valor do custo médio total do Plano, o qual, em 2018, registrou a alíquota de 22,08% relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2019, as **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC** do **Grupo de Custeio - Enerprev** foram avaliadas em **R\$3.299.100,38**, sendo sua totalidade referente aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$349.754,18**, sendo integralmente referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O **Grupo de Custeio - Enerprev** não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2019, **R\$3.648.854,56**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2018, posicionada em 31/12/2018, houve um aumento das Provisões Matemáticas do **Grupo de Custeio - Enerprev** de **4,14%**, tendo sido registrado o montante de **R\$3.503.860,22** em **31/12/2018**. O aumento deve-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2019 e pelo ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio - Enerprev** caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **MERCER 72 - RE 046/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio - Enerprev** não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ENERGEST

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2019.

Com relação ao **Grupo de Custeio - Energest**, o custo médio total do Plano, em **31/12/2019**, foi de **7,57%**, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução no custo médio total do Plano, o qual, em 2018, registrou a alíquota de **14,42%** relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2019, as **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC do Grupo de Custeio - Energest**, foram avaliadas em **R\$7.060.138,48**, sendo sua totalidade referente aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$7.501.367,88**, sendo integralmente referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O **Grupo de Custeio - Energest** não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir - PMAc** na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2019, **R\$14.561.506,36**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2018, posicionada em 31/12/2018, houve um aumento das Provisões Matemáticas do **Grupo de Custeio - Energest** de **5,12%**, tendo sido registrado o montante de **R\$13.851.762,38** em **31/12/2018**. O aumento deve-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2019 e pelo ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio - Energest** caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2018 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **MERCER 72 - RE 046/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio - Energest** não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpra-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

No que diz respeito aos **Fundos Previdenciais**, o valor de **R\$521.208,67**, posicionado em 31/12/2019, encontra-se alocado no **Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar**, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

O **Fundo de Revisão de Plano – Utilização do Superavit (2011, 2015 e 2018)** possuía em 31/12/2019 o montante de **R\$43.122.660,88**, destinado à suspensão das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras e ao pagamento do Benefício Eventual Temporário, conforme disposto no regulamento do Plano e nos estudos realizados quando da definição da destinação, sendo **R\$24.362.816,52** destinados às Patrocinadoras e **R\$18.759.844,36** destinados aos Participantes e Assistidos.

Além disso, o **Fundo de Revisão de Plano – Recomposição da Reserva de Contingência** possuía, em 31/12/2019, o montante de **R\$106.366,17**, cujo objetivo é de recompor a reserva de contingência, visando à manutenção do processo de distribuição de superavit, caso a referida conta contábil alcance patamar inferior ao máximo.

Sendo assim, o **Fundo de Revisão de Plano**, composto por recursos oriundos das Reservas Especiais apuradas nos exercícios de 2011, 2015 e 2018, totalizava, em 31/12/2019, o montante de **R\$43.122.660,88**.

Por fim, o **Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos** destina-se à cobertura dos Benefícios de Risco, especificamente a parcela em Benefício Definido dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante. Em 31/12/2019, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco montava **R\$12.722.365,65**.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

Considerando os valores posicionados na data de encerramento do exercício de 2019, temos que, na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$500.810.829,56, com o **Patrimônio de Cobertura do Plano** no montante de **R\$514.913.664,890**, verifica-se que o Plano **Escelsos II** apresentou **Superavit Técnico-Atuarial** de **R\$14.102.835,34**, em **31/12/2019**.

O superavit do Plano diminuiu de **R\$35.808.149,04** em 31/12/2018 para **R\$14.102.835,34** em 31/12/2019, representando uma diminuição de **60,62%**, ou **R\$21.705.313,70**. Essa variação deveu-se, principalmente, processo de destinação de superávit, no montante total apurado na Reserva Especial 2018, em benefício do Fundo de Utilização de Superávit 2018. Contribuiu também para o resultado o cumprimento da meta atuarial do Plano, que no exercício de 2019 foi de **9,39%** (composta por 4,48% de INPC mais taxa de juros 4,70% a.a.), enquanto a rentabilidade do Plano no período foi de **9,49%**, representando um ganho atuarial equivalente a **0,09%**.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/18, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado, o ajuste de precificação apurado pela **Enerprev** montava **R\$4.977.207,19** positivo, em 31 de dezembro de 2019, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário** de **R\$19.080.042,53**.
Cumpre esclarecer que, para fins de apuração

do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sofrendo redução em relação ao resultado apurado em 31/12/2018 devido ao processo de destinação do superávit, no montante total da Reserva Especial apurada em 31/12/2018, em favor do Fundo de Utilização do Superávit - 2018.

Do superavit apurado em 31/12/2019, no montante de **R\$14.102.835,34**, sendo que **R\$11.648.947,77** foram alocados em **Reserva de Contingência**, e **R\$2.453.887,57** foram alocados na **Reserva Especial para Revisão do Plano** em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e alterações. Em função da destinação da Reserva Especial de 2018, mantida no triênio de 2016 a 2018, observa-se a constituição de Reserva Especial pela primeira vez neste exercício, não havendo obrigatoriedade de destinação até o final de 2020.

Cumprido ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CNPC nº 30, de 10, de outubro de 2018 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Escelsos II, posicionada em 31 de dezembro de 2019, de 9,75 anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2019, é de 19,75% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou **R\$11.648.947,77**, que implicou na alocação deste valor na Reserva de Contingência e do excedente em Reserva Especial.

SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, estruturado em Contribuição Definida. Os benefícios de risco são avaliados pelo Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, dessa forma não há método de financiamento aplicável a esses benefícios, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme a Resolução CNPC nº 30/2018 e alterações.

OUTROS FATOS RELEVANTES

1) As hipóteses atuariais do Plano são aplicáveis exclusivamente ao cálculo dos benefícios de risco, especificamente em relação à determinação das obrigações para cobertura dos benefícios por invalidez ou morte de Participante, e para determinar a conversão do saldo acumulado em benefício por renda vitalícia, quando a opção do Participante recai neste tipo de renda, sendo que, neste caso, influenciam nos Fatores Atuariais e no cálculo anual das provisões matemáticas desses benefícios, considerando a modelagem descrita na Nota Técnica Atuarial do Plano. As hipóteses foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrado no Relatório **MERCER 72 – RE 046/19**;

2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procedeu-se à seguinte alteração:

a. Fator de Capacidade: **0,9800** em substituição a **0,9741**;

3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2019**, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2019;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela ENERPREV, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;

5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2019, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$57.470.360,93**, sendo **R\$56.366.235,20** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$380.861,13** referentes a **Fundo Administrativo** e **R\$723.264,60** referentes a **Fundos dos Investimentos**;

7) Registre-se, também, que o Plano está em processo de destinação e utilização de superavit, oriundo da permanência de recursos em Reserva Especial durante o triênio de 2009 a 2011, do triênio de 2012 a 2014 e 2016 a 2018. Neste sentido, realizou-se a destinação da Reserva Especial para os respectivos Fundos de Revisão de Plano, cuja utilização está em curso.

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2020, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme tabela a seguir.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2020*					
ALÍQUOTA (%)					
PARTICIPANTE	Contribuição Básica		Mínimo de 1% do Salário de Participação.		
	Contribuição Adicional		Valor escolhido pelo Participante, a qualquer tempo.		
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo		Grupo de Custeio – Escelsa: 0,000%		
			Grupo de Custeio – Energest: 0,000%		
			Grupo de Custeio – Enerprev: 0,000%		
Contribuição Administrativa ⁽¹⁾		0,00%			
PARTICIPANTES ELEGÍVEIS ⁽²⁾	Contribuição Adicional		Valor escolhido pelo Participante, a qualquer tempo.		
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾		0,00%		
PATROCINADOR	Contribuição Normal	Até 8 S.U. ⁽³⁾	1% sobre o Salário de Participação ⁽⁴⁾		
		FAIXA SALARIAL/IDADE	Percentual Normal (sobre Contr. Básica)	Percentual Mínimo (sobre S.P. ⁽⁴⁾ - 8 S.U.)	Percentual Máximo (sobre S.P. - 8 S.U.)
		Acima de 8 S.U. / Até 34 anos	50%	1,00%	4,40%
		Acima de 8 S.U. / Entre 35 anos e 44 anos	100%	1,00%	8,70%
		Acima de 8 S.U. / 45 anos ou mais	100%	1,00%	13,00%

PLANO DE CUSTEIO PARA 2020*

ALÍQUOTA (%)		
	Contribuição extraordinária	Valor escolhido pela Patrocinadora, observando-se condições regulamentares.
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Grupo de Custeio – Energest: 0,000%(¹)
		Grupo de Custeio – Energest: 0,000%(¹)
		Grupo de Custeio – Energest: 0,000%(¹)
	Contribuição Administrativa (²)	Estimada para 2020, conforme orçamento da Entidade
		Grupo de Custeio – Escelsa: R\$1.654.572,15
		Grupo de Custeio – Energest: R\$49.960,44
		Grupo de Custeio – Enerprev: Não foram estimadas para 2019 recursos para o Custeio Administrativo Previdencial.
AUTOPATROCINADOS	Contribuição Básica	Idêntica à do Participante.
	Contribuição Normal	Idêntica à da Patrocinadora.
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Equivalente a contribuição destinada a este fim dos Participantes e da Patrocinadora.
	Contribuição Administrativa (¹)	5,49% (⁵)(⁶)
BPD		5,49% (⁵)(⁶)
ASSISTIDOS		Não há contribuição.

* As contribuições previstas neste Plano de Custeio, exceto a contribuição administrativa, serão integralmente custeadas através de utilização do Fundo de Revisão do Plano devido ao processo de destinação de superávit em andamento. A continuidade da suspensão dependerá da existência de saldo nos fundos previdenciais de revisão de Plano, acompanhados individualmente.

(1) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(2) Participantes que preenchem todos os requisitos de elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria normal.

(3) S.U.: Salário Unitário: R\$245,37, conforme informação disponibilizada pela Entidade posicionada em agosto de 2019.

(4) S.P.: Salário de Participação.

(5) Definido em orçamento da Entidade, sobre o valor correspondente as contribuições previdenciárias. Para àqueles que não estiverem realizando contribuição, deverá ser aplicado considerando uma contribuição equivalente ao último percentual realizado anterior a interrupção.

(6) Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2018, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano de Benefícios **Escelsos II**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2019, é **superavitária** em **R\$14.102.835,34**, sendo alocados **R\$11.648.947,77** na Reserva de Contingência e **R\$2.453.887,57** na Reserva Especial para Revisão do Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

**DANIEL CRUZ
MAGALHÃES**
Atuário MIBA 2.795 -
MTPS/RJ
ATUÁRIO

**FREDERICO SCHULZ
DINIZ VIEIRA**
Atuário MIBA 2.017 -
MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR



PLANO PSAP ENERPREV

CNPB 1982.0020-18

Plano de Benefícios PSAP/
BANDEIRANTE

19 DE FEVEREIRO DE 2020

PA 025/2020

Fevereiro, 2020

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e suas alterações, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão – PSAP/Bandeirante, administrado e executado pela Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela Bandeirante Energia S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O PSAP/Bandeirante está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1982.0020-18 e encontra-se fechado à novas adesões. O Plano originou-se da cisão do PSAP/Eletropaulo Alternativo em 01/04/1998, momento em que abrigou a totalidade dos Participantes transferidos para a Bandeirante Energia S.A., nascida da cisão parcial do Patrimônio da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Com isso, o Plano é subdividido em três grupos de benefícios: a parcela BD refere-se aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) segundo as regras constantes do regulamento vigentes após 01/04/1998; parcela BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) refere-se aos benefícios

saldados devidos aos Participantes do extinto Plano PSAP/Eletropaulo Alternativo, cujas regras regulamentares vigoraram até 31/03/1998 e estão estruturados na modalidade Benefício Definido (BD); e a parcela CV, referente ao benefício adicional previsto no regulamento vigente, cujo valor é calculado com base no saldo de conta do Participante, portanto, estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV). Sendo assim, estando o benefício pleno programado do PSAP/Bandeirante estruturado na modalidade Benefício Definido, o Plano, na forma prevista pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, classifica-se na modalidade Benefício Definido.

Em face da antedita divisão do Plano, e considerando que tais grupos apresentam planos de custeio específicos e distintos, estes são apresentados na Avaliação Atuarial, em consonância com diretrizes da Entidade, divididos em três Grupos de Custeio.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019 na data base de 31/12/2019, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 576, de 3 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2014, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de 31/08/2019, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de 31/12/2019.

Cumpramos ressaltar que a Enerprev protocolou em 2018 na PREVIC o processo de estratégia previdencial, com possibilidade de migração entre planos e criação de plano saldado, processo esse que se encontra em fase de aprovação pelo órgão de fiscalização e que não impacta os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019. Após aprovação pela PREVIC será necessário processamento de avaliação atuarial especial na data efetiva da operação a fim de apurar os resultados decorrentes da estratégia pleiteada.

Adicionalmente, e em face de a Enerprev não ter informado nenhum fato relevante, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial do exercício de 2019, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - BD

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O grupo de custeio BD do PSAP/Bandeirante, referente à parcela BD, possui todos os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios da parcela BD, programados e não programados, estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Crédito Unitário Projetado, exceto a Suplementação de Auxílio-doença, que é avaliada pelo método Repartição Simples.

Para os benefícios da parcela BD, os custos foram apurados nesta Avaliação Atuarial, na data-base de 31/08/2019 em 10,01%, dos quais 9,55% referem-se aos benefícios programados e 0,46% refere-se aos não programados. Comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018, houve uma redução do custo dos benefícios, passando de 10,21% para 10,01%, em razão, principalmente, das movimentações cadastrais.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da parcela BD do PSAP/Bandeirante, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2019, e montavam R\$189.885.942,00, sendo R\$167.134.639,00 referentes aos benefícios programados e R\$22.751.303,00 referentes aos benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes da parcela BD do Plano e montavam R\$123.635.209,00, em 31/12/2019, sendo R\$119.010.955,00 referentes aos benefícios programados e R\$4.624.254,00 aos benefícios não programados.

A parcela BD do Plano não possui Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava R\$313.521.151,00, em 31/12/2019.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2018, posicionada em 31/12/2018, houve um aumento das Provisões Matemáticas da parcela BD do Plano de 8,73%, tendo sido registrado o montante de R\$288.347.940,00 em 31/12/2018. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, da redução da taxa de juros e alteração do fator de capacidade, além das atualizações dos salários e benefícios.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela BD do PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer 72 - RE 046/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que a **parcela BD** do Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente item deste Parecer.

A parcela BD apresentou um Superávit Técnico Acumulado de **R\$107.041.793,74**, em 31/12/2019, sendo R\$ 78.380.287,75 em Reserva de Contingência e R\$ 28.661.505,99 em Reserva Especial. Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$10.022.443,47 positivo**, em 31/12/2019, que **resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$117.064.237,21 superavitário**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

2.2 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - BSPS

2.2.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O **grupo de custeio BSPS** do **PSAP/Bandeirante** possui todos os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios da **parcela BSPS**, programados e não programados, estão estruturados no **regime de Capitalização** pelo **método Agregado**.

Para os benefícios desse grupo de custeio há apenas o custo extraordinário da Patrocinadora referente à amortização do contrato de dívida relativa ao equacionado de déficit da **parcela BSPS**, avaliado com base no montante da Provisão a Constituir em 31/12/2019, que é amortizado conforme regras previstas em contrato celebrado entre a **Enerprev** e a **Bandeirante Energia S.A.**, única Patrocinadora do Plano PSAP/Bandeirante.

2.2.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da **parcela BSPS** do **PSAP/Bandeirante**, foram determinadas atuarialmente em **31/12/2019**, e montavam **R\$557.060.624,00**, sendo **R\$504.651.399,00** referentes aos benefícios programados e **R\$52.409.225,00** referentes aos benefícios não programados.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes da **parcela BSPS** do Plano e montavam **R\$36.502.221,00**, em **31/12/2019**, sendo **R\$36.012.052,00** referentes aos benefícios **programados** e **R\$490.169,00** aos benefícios **não programados**.

A **parcela BSPS** do Plano possui dívida contratada referente ao equacionamento de deficit. Assim, as **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial montavam **R\$53.983.632,19**.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava **R\$539.579.212,81**, em **31/12/2019**.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2018, posicionada em 31/12/2019, houve um aumento das Provisões Matemáticas da **parcela BSPS** de **12,03%**, tendo sido registrado o montante de **R\$481.642.605,52** em 31/12/2018. O aumento deve-se, em especial, pela redução da taxa de juros e alteração do fator de capacidade, além do reajuste dos benefícios saldados de Participantes e Assistidos.

2.2.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela BSPS** do **PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer 72 - RE 046/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.2.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

A parcela BSPS apresentou um Deficit Técnico Acumulado de **R\$36.638.805,18**, em 31/12/2019. Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$ 13.892.911,33 positivo**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 22.745.893,85**.

Em que pese o resultado do Plano de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio ser deficitário, recomenda-se a avaliação de implantação de um plano de equacionamento.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc 10/18, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o deficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas, 1% das provisões em Benefício Definido.

Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2019 foi de **11,53** anos, o limite do deficit acumulado para o grupo de custeio em 2019 é de **7,53%** das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou **R\$36.565.347,22**.

Sendo assim, como o valor de Limite de Déficit Técnico Acumulado encontra-se acima do valor de Equilíbrio Técnico Ajustado, a Entidade não possui a obrigatoriedade de realizar o equacionamento de Déficit nos termos do contrato de dívida assumido pela Patrocinadora.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.3 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - CV

2.3.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O grupo de custeio CV do PSAP/Bandeirante possui benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Variável. Os benefícios referentes à parcela CV estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira.

Os benefícios deste grupo de custeio, por estarem estruturados na modalidade de Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à parcela da contribuição patronal, que em 31/12/2019 resultou em 5,51%. Comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018, houve aumento do custo dos benefícios, passando de 5,17% para 5,51%, em razão, de movimentações cadastrais.

2.3.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da parcela CV do PSAP/Bandeirante, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2019, e montavam R\$61.398.269,07, sendo R\$1.393.186,07 referentes aos benefícios estruturados em Contribuição Definida, R\$57.308.921,00 referentes aos benefícios programados e R\$2.696.162,00 referentes aos benefícios não programados, os dois últimos estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC montavam R\$48.033.657,71, em 31/12/2019, sendo integralmente referentes aos saldos de conta dos Participantes e Patrocinadora.

A parcela CV do Plano possui dívida contratada referente ao equacionamento de deficit. Assim, as Provisões Matemáticas a Constituir - PMAc na data base da Avaliação Atuarial montavam R\$6.099.614,24.

Em função do Plano de Equacionamento em processo de aprovação, em relação ao déficit acumulado no final de 31/12/2018, o montante efetivamente equacionado de R\$6.099.614,24 foi reduzido no Equilíbrio Técnico e provisionado em Provisão a Constituir de Deficit Equacionado.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2018, posicionada em 31/12/2018, houve um aumento das Provisões Matemáticas da parcela CV do Plano de 14,00%, tendo sido registrado o montante de R\$90.638.567,85 em 31/12/2018. O aumento deve-se, em especial, às novas concessões de benefícios ocorridas durante o exercício e à elevação dos saldos de contas motivada pelas receitas oriundas de contribuições e da rentabilidade do Plano.

2.3.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela CV do PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 25/07/2019, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer 72 - RE 046/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.3.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

A parcela CV apresentou um Deficit Técnico Acumulado de **R\$14.756.247,60**, em 31/12/2019. Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$3.876.455,93 positivo**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$10.879.791,67**.

Em que pese o resultado do Plano de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio ser deficitário, recomenda-se a avaliação de implantação de um plano de equacionamento.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc 10/18, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o deficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas, ou valor mínimo de 1% das provisões em Benefício Definido.

Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2019 foi de **11,73** anos, o limite do deficit acumulado para o grupo de custeio em 2019 é de 7,73% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou **R\$4.166.892,74**.

Assim sendo, recomendamos à luz da Resolução CNPC nº 30/18 que deverá ser avaliado o equacionamento do deficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, até o final do exercício de 2020, considerando, no mínimo, o Deficit que excedeu o limite de 7,73% das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, **R\$6.712.898,93**.

Cumpramos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.4.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpra-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.4.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de 2019, o Plano **PSAP/Bandeirante** possui o Fundo para Oscilações de Parâmetros Atuariais - FOPA, constituído originalmente por valor apurado em estudo atuarial específico e, a partir daí, acrescido de sobras de contribuição da Patrocinadora na forma prevista em regulamento. Referido Fundo destina-se a cobertura de eventuais oscilações dos parâmetros atuariais, em especial, para fazer frente à garantia, segundo regras regulamentares, de concessões de benefícios com premissas atuariais distintas das vigentes na data de concessão.

Em relação à destinação do FOPA para cobertura de garantias regulamentares, em 31 de agosto de 2019, data base desta Avaliação Atuarial, tais obrigações foram avaliadas em R\$347.131,08, o que demonstrou a suficiência do fundo para cobertura do risco a que se destina. Em 31/12/2019, referido Fundo montava **R\$5.854.579,59**.

2.4.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$956.432.676,35**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2019, no montante de **R\$1.012.079.417,31**, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial, de **R\$55.646.740,96**, em 31/12/2019, sendo a totalidade registrado em Reserva de Contingência.

O resultado superavitário do Plano reduziu do montante de **R\$87.995.282,96**, em 31/12/2018, para o montante de **R\$55.646.740,96**, em 31/12/2019, representando uma diminuição de **36,76%**, ou **R\$32.348.542,00**. A redução do resultado superavitário justifica-se, principalmente, pela redução da taxa de juros das submassas BSPTS e BD de 5,40% a.a. para 5,02% a.a. e de 4,68% a.a. para 4,61% a.a. respectivamente, em conjunto com o não atingimento da meta atuarial para as 3 submassas, atenuado pelo equacionamento do déficit mínimo da parcela CV do Plano.

A meta atuarial do Plano no exercício de 2019, composta pela taxa de juros de 4,68%, na parcela **BD**, 5,40%, na parcela **BSPTS** e 5,50% na parcela **CV**, acrescida do IGP-DI de 7,68%, totalizou **12,72%** na parcela **BD**, **13,49%** na parcelas **BSPTS**, **13,60%** na parcela **CV**. As rentabilidades alcançadas no mesmo período foram de **10,53%**, **11,18%** e **11,06%**, das parcelas **BD**, **BSPTS** e **CV**, respectivamente. Portanto, nas partes **BD**, **BSPTS** e **CV** o Plano apresentou perda atuarial de **1,94%**, **2,04%** e **2,24%**, respectivamente.

2.4.4 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Do superávit apurado em 31/12/2019, o montante de **R\$55.646.740,96** foi alocado integralmente em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e alterações.

2.4.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

O Plano, na visão consolidada não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019.

Em que pese o resultado do Plano de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio CV ser deficitário, deve ser avaliada a implantação de um plano de equacionamento para essa submassa, até o encerramento do exercício de 2020.

2.4.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme a Resolução CNPC nº30/2018 e alterações.

2.4.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao **Plano PSAP/Bandeirante** foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrado no Relatório **Mercer 72 - RE 046/19**;
- 2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2018, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se às seguintes alterações:
 - a. Fator de Capacidade: **0,98** em todas as parcelas em substituição a **0,9741** na parcela BD e **0,9742** nas demais parcelas.
 - b. Taxa de juros de 5,02% a.a. e 4,61% a.a. em substituição às taxas de 5,40% a.a. e 4,68% a.a. nas parcelas BSPS e BD respectivamente.
- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2019, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2019;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela ENERPREV, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;

5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2019, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$6.585.642,19**, sendo **R\$5.854.579,59** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$628.721,89** referentes a **Fundo Administrativo** e **R\$102.340,71** referentes a **Fundos dos Investimentos**;

7) Ressaltamos que o PSAP/Bandeirante possui uma parcela referente ao pecúlio registrada em separado, o montante de R\$113.506,59, em Fundo Previdencial, na parcela denominada de PSAP Pecúlio;

8) Cumpre destacar que, conforme parecer atuarial de encerramento do exercício anterior (2018), a Parcela BD do Plano encerrou aquele exercício com reserva especial pelo terceiro ano consecutivo sendo obrigatória a destinação até o encerramento de 2019, ressalvado eventual entendimento contrário do órgão de fiscalização. Ocorre que durante o exercício

de 2019 a Enerprev realizou consulta formal à PREVIC (Processo nº 44011.003761/2019-88) sobre a viabilidade de realização da referida destinação de superávit sob a ótica da legislação vigente e a resposta do órgão de fiscalização foi de que não há que se falar em reserva especial para a submassa e, portanto, comento o valor registrado para o plano de benefícios (resultado consolidado) a título de reserva especial é passível de destinação e que somente é possível destinar a reserva especial para submassa quando constituída no âmbito do plano de benefícios. Portanto, considerando que o resultado consolidado do Plano PSAP/ Bandeirante apresenta resultado superavitário sem formação de reserva especial, não foi possível realizar a destinação da Parcela BD.

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2020, condicionado a prévia e formal aprovação pela (s) Patrocinadora (s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme as tabelas a seguir.

3.1 PARCELA BSPS

PLANO DE CUSTEIO PARA 2020

PATROCINADORA	Contribuição Administrativa	Estimada para 2020, conforme orçamento da Entidade, em R\$1.887.064,78 , referente ao Custeio Administrativo Previdencial.
	Contribuição Extraordinária	Conforme o Instrumento Particular de compromisso e assunção parcial de obrigações de ajuste de reservas, confissões de dívidas e outras avenças.
ASSISTIDO	FAIXA BENEFÍCIO	ALÍQUOTA (%)
	Até 1/2 Teto RGPS ⁽¹⁾	1,45%
	De 1/2 a 1 Teto RGPS	3,50%
	Acima de 1 Teto RGPS	7,50%
AUTOPATROCINADO	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	5,49% ⁽³⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	0,00%

(1) Teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) vigente para o exercício de 2019.

(2) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(3) Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2019, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

3.2 PARCELA BD

PLANO DE CUSTEIO PARA 2020

		FAIXA SALARIAL	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	
			EXERCÍCIO DE 2019	EXERCÍCIO DE 2020
PARTICIPANTE	Contribuição Mensal ⁽¹⁾	Até 1/2 UB ⁽²⁾	2,02%	1,98%
		De 1/2 a 1 UB	4,88%	4,78%
		Acima de 1 UB	19,36%	18,98%
	Contribuição Adicional	Conforme definido na Avaliação Atuarial, para custeio de inclusão ou alteração de beneficiários.		
	Contribuição Extraordinária	Apurado na Avaliação Atuarial para o custeio de equacionamento de deficit.		
PATROCINADORA	Contribuição Normal Mensal	100% da Contribuição Mensal obrigatória do Participante.		
	Contribuição Extraordinária	Apurado na Avaliação Atuarial para o custeio de equacionamento de deficit.		
	Contribuição Administrativa	Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS.		
ASSISTIDO	Contribuição Mensal	Até 1/2 UB ⁽²⁾	2,02%	1,98%
		De 1/2 a 1 UB	4,88%	4,78%
		Acima de 1 UB	19,36%	18,98%
	Contribuição Mensal	Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.		
AUTOPATROCINADO	Contribuição Adicional	Equivalente a contribuição do Participante mais a		

PLANO DE CUSTEIO PARA 2020

		contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Extraordinária	Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	5,48%	5,49% ⁽⁴⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	0,00%	0,00%

(1) Aplicado sobre 70% do Salário Real de Contribuição (SRC)

(2) Unidade Bandeirante: R\$3.310,16 em 31/08/2019.

(3) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(4) Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2019, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

3.3 PARCELA CV

PLANO DE CUSTEIO PARA 2020

PARTICIPANTE	Contribuição Voluntária	Percentual mínimo de 1%, livremente escolhido, a ser aplicado sobre 30% do SRC	
	Contribuição Esporádica	Livremente escolhido	
ASSISTIDO	Contribuição Extraordinária de Deficit (Deficit 2017)	9,88% sobre os benefícios em renda vitalícia da parte CV com DIB até 2017	
	Contribuição Extraordinária de Deficit (Deficit 2018)	4,32% sobre os benefícios em renda vitalícia da parte CV	
PATROCINADORA	Contribuição Voluntária Mensal	100% da Contribuição Voluntária mensal do Participante, limitada a 5% de 30% do SRC	
	Contribuição Suplementar	Definido conforme critério da Patrocinadora (exceto para autopatrocinados)	
	Contribuição Extraordinária de Deficit (Deficit 2017)	R\$ 6.383,96 (parcela mensal a ser atualizada pelo índice do plano)	
	Contribuição Extraordinária de Deficit (Deficit 2018)	R\$ 2.732,92 (parcela mensal a ser atualizada pelo índice do plano)	
	Contribuição Administrativa	Exercício de 2019 Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS	Exercício de 2020 Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS
AUTOPATROCINADO	Contribuição Voluntária	Percentual mínimo de 1%, livremente escolhido, a ser aplicado sobre 30% do SRC	
	Contribuição Esporádica	Livremente escolhido	
	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	5,48%	5,49% ⁽²⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	0,00%	0,00%

(1) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(2) Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2019, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano **PSAP/Bandeirante**, em 31 de dezembro de 2019, é **superavitária** em **R\$55.646.740,96**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este montante alocado integralmente em **Reserva de Contingência**.

Avaliando o resultado das partes do **PSAP/Bandeirante**, ressaltamos que a parcela BD apresentou resultado superavitário e registrando reserva especial, não passível de destinação, conforme posicionamento da PREVIC de acordo com Processo nº 44011.003761/2019-88. Enquanto a **parcela BSPS** encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado negativo, mas abaixo do limite para equacionamento, não há revisão a ser realizada na dívida da Patrocinadora no que diz respeito ao contrato de dívida que suporta as Provisões a Constituir dessa parcela. E, por fim, a **parcela CV** apresentou deficit técnico ajustado acima do limite permitido nos normativos vigentes, então recomenda-se ser avaliada a implantação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2020.

Este é o Parecer.

Brasília, 20 de fevereiro de 2020.

**DANIEL CRUZ
MAGALHÃES**
Atuário MIBA 2.795 -
MTPS/RJ
ATUÁRIO

**FREDERICO SCHULZ
DINIZ VIEIRA**
Atuário MIBA 2.017 -
MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR

FALE CONOSCO!



SÃO PAULO

Rua Gomes de Carvalho, 1.996 - 9º andar - Vila Olímpia
São Paulo/SP - CEP: 04547-006



ESPÍRITO SANTO

Rua Antônio Caron, 145 - Planalto de Carapina
Serra/ES - CEP: 29162-708

Central de Atendimento Telefônico – 0300 313 0013

E-mail: atendimentoenerprev@edpbr.com.br

